



de história



## EXPEDIENTE

Equipe Fundo Casa Socioambiental - 2020

Diretora Executiva: Cristina Orpheo

Diretora de Desenvolvimento Estratégico: Maria Amália Souza

Equipe Técnica: Alahir Maha Amaral; Attilio Zolin; Beatriz

Roseiro; Claudia Gibeli; Inimá P. Lacerda; Jani Aparecida

Joana; Janice Mello; Maíra Lacerda; Rodrigo Montaldi; Rodrigo

Moreira; Taila Wengrynek; Vanessa Ourique Purper.

Conselho Deliberativo - 2017 - 2020

Presidente: Silvio Sant'ana.

Integrantes do Conselho: Almos Makray; Brent Millikan; Carlos

Rittl; Mércia Consolação Silva; Rubens Harry Born; Selma dos

Santos Dealdina; Severiá Maria Idioriê Xavante.

# Sumário

Uma história de amor 10 anos .....	<b>4</b>
Plantando esperança no campo.....	<b>11</b>
Dois países, um só povo .....	<b>18</b>
Povo das águas, povo sem água .....	<b>25</b>
Todos os tons de verde .....	<b>30</b>
Um oceano de desafios.....	<b>34</b>
Transformando o turismo em aliado.....	<b>39</b>
A Mata Atlântica protegida.....	<b>44</b>
Desafios e conquistas na América do Sul .....	<b>50</b>
Os rios interrompidos .....	<b>57</b>
O coração arrancado da terra .....	<b>63</b>

# Uma história de amor 10 anos

**“Solo le pido a Dios, que el dolor no me sea indiferente, y que la muerte no me encuentre vacía y sola sin haber hecho lo suficiente”.**

Este verso, da canção de León Gieco perpetuada na voz de Mercedes Sosa, reflete com muita clareza o que move todos nós que fazemos parte do Fundo Socioambiental CASA: não nos vemos como meros espectadores de um mundo com tantas necessidades, sem fazer o possível, e por vezes o impossível, para contribuir de alguma forma. De seus fundadores, equipe, conselheiros e parceiros, aos mais de 1000 grupos apoiados em 11 países da América do Sul durante toda a sua história, existe algo muito forte que une as pessoas que acreditam que as coisas podem



melhorar no mundo, que existe um lugar devido e de honra para todos os humanos, todos os seres e todas as formas de vida que compartilham este nosso Planeta Lar. E que se há algo que ameaça a vida de um ser, ameaça a vida de todos. Portanto, mesmo que não pareça “suficiente”, todos podem sim fazer algo.



Alexandre Araújo, CaroLina Campos, Alcides Faria, Tamara Mohr e Renato Cunha



## Resiliência perante dificuldades

O que aprendemos, nestes 10 anos, conhecendo e apoiando tantos grupos em lugares tão remotos, quase esquecidos, nos rincões distantes dessa grande América do Sul, é o poder de resistência, de resiliência, de criatividade, de união e solidariedade, de regeneração e de nobreza de que os seres humanos são capazes. Sob as situações mais difíceis e atrozés, as comunidades se reinventam, buscam ajuda, lutam por soluções.

Vemos todo tipo de dificuldades, e muitas injustiças: comunidades inteiras, seus rios e sua comida intoxicados durante anos a fio por derramamento de petróleo, por mercúrio da mineração ou agrotóxico das monoculturas,

sem controle ou punição das empresas que os provocaram. Outras vivem em regiões de tremenda seca, onde os poucos rios existentes são privatizados e, portanto, inacessíveis a elas. Muitos vivem sob ameaça de morte por tentar proteger as florestas do desmatamento ilegal; ou são assassinados. E ainda outras vivem sob risco de serem removidas forçadamente de seus territórios tradicionais em florestas intactas —patrimônio insubstituível da humanidade — para fazer lugar para grandes obras que, questionavelmente, servirão para beneficiar pessoas e cidades muito distantes dali, mesmo quando outras soluções existem.

## ... e muita criatividade

Há também, claro, muita criatividade para encontrar soluções sustentáveis para melhorar a vida respeitando os frágeis processos da natureza, desde sistemas agroflorestais, produção de energia renovável, aumento do valor de produtos

extrativistas para fortalecer as comunidades, soluções criativas para produzir alimentos nas cidades, recuperar-se ou melhor preparar-se para lidar com desastres climáticos e muito mais.



Sérgio Guimarães, Miriam Prochnow e Renato Cunha



## A inspiração

A criação e manutenção do Fundo Socioambiental CASA nestes últimos dez anos tem sido uma riquíssima aventura de encontros e experiências. Primeiro fato que nos diferencia: o Fundo CASA não surge para “ser” um “fundo”. Surge para resolver um problema percebido por um grupo de ambientalistas da América do Sul que não está sendo atendido na escala necessária pelas

instituições mais convencionais — a falta de recursos para viabilizar a participação qualificada das populações mais afetadas pela destruição dos grandes ecossistemas (eco-regiões ou biomas). Elas precisam ter voz direta nas questões que afetam suas vidas, participar, propor e implementar soluções. É preciso buscar e canalizar esse recurso de forma consistente e estruturada.

## De onde viemos

O fato pouco conhecido é que esse grupo fundador do Fundo CASA, em 1993, compôs o conselho da Fundação Francisco — o primeiro fundo para pequenos projetos socioambientais criado por brasileiros no Brasil. Com o fechamento da FF em 99, o Global Greengrants Fund, um fundo dos EUA, convidou o mesmo grupo a recomendar projetos comunitários para a instituição apoiar. Essa iniciativa permite que o grupo se reúna com mais frequência a partir de 2000 e desenvolva uma estratégia para que pequenos valores, de forma bem pensada e coordenada, realmente façam a diferença para fortalecer as comunidades locais na proteção de seus ecossistemas, dos pampas ao Pantanal, das zonas costeiras ao cerrado, caatinga e às grandes florestas da região. E essa experiência permite, inclusive, mirar além: se conseguíssemos mais parceiros financiadores, teríamos um mecanismo perfeito para responder a tantas demandas e criar outras tantas soluções.

O segundo fator determinante acontece em 2004, quando a Fundação Charles Stewart Mott decide apoiar todo o planejamento e viabilização que, no início de 2005, permite a formalização do Fundo Socioambiental CASA. Nesse início, a ONG holandesa Both ENDS foi também parceira excepcional, trazendo outros financiadores parceiros da Europa. Esses parceiros originais permaneceram conosco na jornada, e felizmente, muitos mais chegaram.



*Sérgio Guimarães, Rubens Harry Born, Amy Shannon, Fabiana Costa, Maria Amália, Tamara Mohr, Jorge Daneri e Marcelo Michelsohn*



## Dois propósitos

O mais genial é que nossa proposta tinha sido compreendida e tomava corpo real, servindo a dois propósitos simultaneamente: viabilizar recursos para os grupos mais remotos e inacessíveis à

filantropia formal, e apoiar instituições filantrópicas e engajadas nos temas da nossa região a investir em uma camada da sociedade à qual não tinham facilmente acesso direto.



Cristina Orpheo e Silvio Sant'Ana

## Porque América do Sul

Desde o início era óbvio para nós que a maioria dos ecossistemas da América do Sul são transfronteiriços. Portanto, para proteger a integridade de cada um, teríamos que atuar como

um fundo Sul-Americano que, por questões de facilidade seria sediado no Brasil. E assim foi desenhado o Fundo CASA.

## O grande desafio

Essa jornada do Fundo CASA encontrou desafios, claro. Lidar com temas tão diversos e complexos a partir de doações tão pequenas pode parecer impossível, e até sem sentido. O que um pequenino valor pode fazer para mudar qualquer

coisa diante do tamanho das ameaças existentes? Sozinho e isolado, realmente quase nada. Percebendo a complexidade de questões às quais o Fundo CASA teria que responder, definiu-se a estratégia que seria usada.



## Sistemas vivos

Vamos olhar de forma diferente para entender o sentido disso. Olhemos para uma floresta intacta. Quantos milhões de seres vivem em um metro quadrado de floresta — espécies de insetos, plantas, fungos, répteis, mamíferos, aves? Quem controla esse ambiente? Quem comanda as relações? E o corpo humano, quem ordena que processe o alimento, que bata o coração, que respire o ar, separe o oxigênio e dispense o resto? Esses são sistemas vivos, que funcionam exatamente porque é de sua natureza manter o sistema da vida funcionando. Se uma árvore cai e abre mais espaço para o sol, rapidamente a floresta se acomoda para fazer lugar para novas vidas. Se o corpo se enferma, algum estímulo externo pequeno (um chá, um medicamento, uma agulha), cria a condição para que volte ao equilíbrio. Quanto mais rápido a informação da mudança ou desequilíbrio aciona o “sistema de resposta”, mais rápido os ajustes podem ser feitos para re-equilibrar o todo — a retroalimentação rápida (feedback loop) é fundamental.

**Muitas vezes, pequenos estímulos, a partir de conhecimento profundo de uma realidade, podem alavancar processos regenerativos importantes para comunidades e seus ecossistemas**



Carolina Campos e Adriana Ramos

## Como atuar em sistemas complexos

O mesmo ocorre com os grandes sistemas de relações que fazem o mundo funcionar. Muitas vezes, pequenos estímulos, a partir de conhecimento profundo de uma realidade, podem alavancar processos regenerativos importantes para comunidades e seus ecossistemas. A questão é ser parte inerente desses processos para saber exatamente onde intervir.

Esse é o modelo utilizado pelo Fundo CASA, baseado na abordagem do *pensamento sistêmico*.

Foi desenhado para responder de forma rápida e eficiente aos complexos temas socioambientais da atualidade, pois se alimenta do conhecimento de milhares de pessoas que pertencem a cada região e dedicam suas vidas a essas causas na busca de resultados. Tudo o que o Fundo CASA apoia é pensado para responder com rapidez e eficiência à complexidade das questões e regiões onde se propõe atuar.





*Equipe CASA 2015 – Rodrigo Moreira, Cláudia Gibeli, Máira Krenak, Maria Amália, Ana Campbell, Cristina Orpheo, Maha Akamine, Taila Wengrzynek e Attilio Zolin*

## *Rapidez e eficiência na resposta*

Para facilitar a chegada de recursos às mãos de grupos que detêm processos e iniciativas que buscam solucionar problemas complexos, precisávamos de um mecanismo de resposta rápida e muito bem informada. Então, com o aumento dos recursos, ao invés de contar com os poucos conselheiros originais para indicar todos os projetos, passamos a usar uma multitude de estratégias complementares. Temos centenas de conselheiros, amigos e instituições parceiras que conhecem profunda e amplamente os temas e territórios. Qualquer um deles pode trazer sugestões de grupos comunitários que

devem ser apoiados, pois contam com seus olhos conhecedores para serem bem sucedidos. Nossos mais de mil apoiados nos conhecem e sempre sugerem iniciativas que conhecem, o que também fortalece suas redes. As próprias redes temáticas e regionais diversas das quais fazemos parte (muitas que apoiamos desde sua criação) são por onde encaminhamos nossos editais e informações sobre rodadas de projetos, certos de que reverberam muito além. Com os anos, claro, ficamos mais conhecidos, e hoje grupos um pouco mais experientes chegam a nós espontaneamente.

## *Alcance incomparável*

Esse formato nos permite um alcance incomparável a importantes e, aparentemente, invisíveis atores sociais. Além disso, como nosso ponto de vista nos permite ter a visão “macro” dos territórios enquanto atuamos no nível micro, vemos a conexão entre vários deles, percebemos como se completam, podendo produzir, em muitos casos, resultados complementares muito maiores e exponenciais.

Todo o nosso cuidado com o recurso que recebemos, e com sua condução de forma delicada e medida para as populações tão hábeis a proteger os ecossistemas da América do Sul, nos remete ao começo desta história. Se nós, habitantes deste planeta, temos consciência de que nosso modo de vida põe em risco a continuação da vida como a conhecemos, temos que tomar uma atitude.



Maria Amália Souza

## Fazendo a nossa parte

E mais, é justo que as populações mais excluídas e esquecidas da nossa região, que vivem nas florestas que dizemos valorizar, nos rios, nas vilas caiçaras, ou até em ambientes inóspitos e desertificados, carreguem sozinhos o peso de proteger e revitalizar esses lugares? E que ainda arquem com os custos disso? Certamente entendemos que não.

E podemos fazer alguma coisa assim mesmo? Sem dúvida!

Podemos apoiá-los financeiramente, através de mecanismos que garantam idoneidade do processo, como o que o Fundo Socioambiental CASA criou.

## Escolher a vida

É um investimento na viabilidade do nosso próprio futuro, na manutenção das condições de vida deste planeta do qual dependemos. É um ato de solidariedade e de amor para com a vida. Podemos não conseguir fazer o suficiente, mas

tomar o caminho de proteção da Vida é sempre a escolha certa!

Estamos muito felizes de celebrar nossos 10 anos de existência na sua companhia, e na de pessoas tão corajosas e valorosas — os cuidadores da vida!



# Plantando esperança no campo



Grupo Trama na AGRIMINAS. Foto Amalapinha



Nas montanhas de Minas Gerais, como em outros cantos ainda rurais de nosso país, a vida parece correr lenta e tranquila, simples e feliz como em tantos poemas e letras de músicas que sempre louvaram a vida boa do campo.

Mas, em pleno século 21, quando se chega perto, o que se vê são poucas comunidades que resistiram. Formadas, muitas vezes, apenas de velhos que ficaram para trás em lugares abandonados pelo poder público depois que os filhos foram em busca de trabalho e estudo nas cidades. Gente que perdeu suas raízes e a forma

tradicional de vida, e não conheceu o futuro tão esperado.

Gente com conhecimento tradicional sobre o meio ambiente, sobre técnicas de cultivo e convivência com a natureza se viam sem espaço, sem incentivo, sem acesso a novas tecnologias que facilitassem suas vidas, ou a serviços básicos de saúde e educação, abandonados à própria sorte. Junto com isso, o incentivo ao agronegócio e ao extrativismo ia ocupando mais e mais território, enquanto um novo modelo de sociedade atraía fortemente os jovens para as cidades.



Festa da Lapinha. Foto Amalapinha.jpeg

## Garantindo direitos à vida boa do campo



Entrega de mudas para reflorestamento. Foto Amalapinha.jpeg

Como preservar a vida boa do campo, garantindo acesso aos direitos básicos, a uma vida mais digna, ao intercâmbio com a população urbana, mantendo os cultivos orgânicos, o cuidado com as fontes de água limpa? Esse era um dos temas de atenção do Fundo CASA, uma estratégia de fortalecimento dessas populações que viabilizasse acesso a tecnologias limpas e apropriadas, trazendo melhorias para a vida dos agricultores familiares, que, afinal, são os que garantem o abastecimento da maior parte dos alimentos consumidos na cidade.

Simone Fontes Pasko e Lucas Miyahara seguiram seu coração. Ainda muito jovens, saíram da cidade no começo dos anos 2000 para buscar a vida simples e feliz no campo.

“A gente sentia falta de qualidade de vida, da liberdade, da segurança de uma vida mais simples, na zona rural. Nós fomos para Minas Gerais buscar esse sonho, num lugar sem energia elétrica, com água boa, limpa e abundante onde a gente fizesse nossa casa de barro e palha, como os antigos faziam, onde nosso sustento saísse da força de nossas próprias mãos, onde a gente criasse nossos filhos com liberdade e valores, com uma educação do caráter.”



## A sabedoria dos antigos e a busca por direitos



Casa de feitiço e sede da Amalapinha. Foto Amalapinha

Simone conta sua história com emoção. Com muito amor e força de vontade, ela e Lucas construíram esse jeito novo de viver, se comoveram com as primeiras colheitas, com a generosidade e abundância da natureza, com a sabedoria e o conhecimento da gente do campo sobre o cultivo da terra e outros mistérios.

Mas logo começaram a perceber a dificuldade da vida rural, a ausência de infraestrutura e oportunidades, a falta do médico, do dentista, de ferramentas e materiais. As pessoas da região

estavam indo embora. Os jovens saíam em busca de emprego porque ali não havia nada para gerar renda. Uma situação de contrastes entre a fartura da terra e a carência de acesso aos bens e direitos básicos. Com o conhecimento que tinham sobre as leis, as políticas públicas, os direitos básicos, eles começaram a questionar a realidade local.

## Os produtos da roça chegam à cidade

Como conta Simone, as pessoas não deixam sua terra porque querem. Elas têm amor pela terra, valorizam a vida que têm. “É mesmo por necessidade. E começamos a pensar numa forma de mudar isso. A Rede Terra Viva, que já contava com o apoio do Fundo CASA, foi o primeiro trabalho, a primeira tentativa de reunir o excedente do que era produzido na região para levar para a cidade e gerar alguma renda para a comunidade.



Jovens trançadeiras em busca de sua identidade. Foto Amalapinha



Grupo Trama na AGRIMINAS. Foto Amalapinha

As pessoas da cidade gostavam muito dos produtos daqui da roça. Comentavam que a banana era mais doce, mais gostosa, o café era melhor, a farinha mais saborosa. Claro! Tudo era orgânico, produzido com amor e cuidado. Isso começou a gerar alguma renda, as famílias foram se envolvendo, se animando... Assim surgiu a ideia de fazermos a Associação dos Moradores, Agricultores e Apicultores da Lapinha.

No começo, foram cinco famílias mais jovens, gente que queria ficar na terra, não queria ir para a cidade, que se reuniram e ajudaram a escrever a proposta do primeiro projeto de construção de uma Casa Comunitária de Feitio, para o preparo da rapadura e da farinha. Todos tinham no fundo do quintal um espaço para o feitio, mas muito precário. Com uma casa comunitária podíamos ter mais equipamentos e facilitar a produção.

## Confiança e flexibilidade garantem o primeiro passo

Enviamos para uma instituição, mas esse projeto não foi aprovado. Então, a Carolina Moura, que nós conhecíamos da Rede Terra Viva, já trabalhava com o Fundo CASA e sugeriu que a gente mandasse o projeto. E foi aprovado! Foi uma alegria! Foi muito importante ter esse primeiro apoio mesmo sem a gente ter um CNPJ, sem estar oficializado. O Fundo CASA confiou. Esse é o diferencial que eu sempre falo para todo mundo: o Fundo CASA não teve burocracia para aceitar nossa proposta, teve flexibilidade.”

Apoiadas pelo Fundo Socioambiental CASA, as mulheres da Amalapinha construíram a Casa de Feitio, equipada com motor a gasolina para moer a cana e ralar a mandioca, investiram em formação e capacitação, principalmente em planejamento, gestão financeira e comercialização, e saíram em busca de alternativas para aumentar a renda familiar e melhorar a qualidade de vida de si mesmas e de suas famílias.



Feitio de Melado. Foto Amalapinha



Festa da Lapinha. Foto Amalapinha

“Formamos nossa Associação Amalapinha. E isso foi um furacão em nossas vidas ! Depois da associação encontramos muita gente, conhecemos outras associações, começamos a participar de Conselhos, de reuniões.... Teve

o empoderamento da comunidade e ao mesmo tempo a responsabilidade cresceu. Para as pessoas que queriam ficar na roça foi a realização de um sonho.”

*“Sem um primeiro apoio, nosso trabalho não sairia do lugar.”*

As mulheres da Lapinha buscaram lá no fundo da memória a habilidade de trançar a palha de indaiá, conhecimento passado de geração a geração e, com as técnicas e práticas de gestão e produção aprendidas nas oficinas de capacitação apoiadas pelo Fundo CASA, a tradição se transformou em um bom negócio com a produção do chapéu indaiá, muito apreciado na região. Depois vieram as formas de papel manteiga para as panificadoras da cidade. Com o projeto Arteforma as mulheres descobriram novas habilidades e uma fonte de renda que só vem crescendo.

“Daí para frente realizamos vários projetos, fomos identificando áreas de atuação, maneiras de manter a comunidade unida e com recursos e direitos garantidos. A Amalapinha foi como um filho que nós geramos, vimos nascer, crescer. Aprendemos com ela, fomos nos educando, e, mesmo que um dia a gente não esteja mais aqui, ou que a associação termine, o que criamos sempre vai estar dentro da gente, no coração.



Festa da Lapinha. Foto Amalapinha

Começou com um sonho, mas hoje é realidade. Ao longo destes anos, além do apoio constante do Fundo CASA, recebemos outros apoios, encontramos mais parceiros. Mas se não tivesse um primeiro apoio, nosso trabalho não sairia do lugar.”



## A força do coletivo garantindo as conquistas

Simone fala com muita paixão desse trabalho e apresenta como grande conquista da Amalapinha a construção do coletivo, a valorização das pessoas e de seu empenho na realização dos sonhos, a forma como se costumam as relações.

“Aprendemos a enxergar e valorizar o dom das pessoas. Esse é o caminho, a costura das relações. O Fundo CASA nesses 10 anos também tem bordado as relações, baseado no dom de cada um, formando um coletivo forte. Hoje estamos muito à frente do ponto em que começamos, a verdade que aprendemos a cultivar vai chegar longe. Isso talvez não possa ser visualizado, mas está dentro, na raiz, na força do coletivo. Você tem que querer o bem para o lugar e para as pessoas que estão ao seu redor, aquilo que você quer para você mesmo, tem que desejar para a comunidade. Esse é o segredo e o tesouro.”

Esse é também o grande bem e o tesouro que acompanha o Fundo Socioambiental CASA em seus 10 anos de vida. Agradecemos à Simone e sua comunidade pelo grande empenho em melhorar esse mundo a partir de suas próprias vidas. É para apoiar essas iniciativas que o Fundo CASA existe.



Chapéu de palha Indaiá. Foto Amalapinha



Festa da Lapinha. Foto Amalapinha



Simone Fontes Pasko



# Dois países, um só povo



Ruth Buendía no vale do Rio Ene, Peru. Foto Goldman Prize

Ruth Buendía Mestoquiari nasceu numa comunidade indígena Ashaninka, às margens do Rio Ene, nas florestas peruanas e preside a Central Ashaninka do Rio Ene (CARE), que luta pela defesa dos direitos indígenas, na Amazônia



peruana. É também membro do Programa Defesa Legal dos Direitos Indígenas do Fundo Socioambiental CASA.

Em 2014, Ruth ganhou o prêmio Goldman, conhecido como o Nobel do ambientalismo, importante reconhecimento internacional que a projetou mundialmente e garantiu visibilidade para milhares de indígenas anônimos que desejam simplesmente o direito de viverem em seus territórios, dentro de suas tradições, com as garantias a seus direitos básicos.



Povo Ashaninka. Foto Ashaninka-Apiwtxa

## O caminho da guerreira

A história pessoal de Ruth Buendia se confunde com a história de milhares de indígenas deste continente americano onde confrontam governos e poderes econômicos que enxergam outros destinos para as florestas, rios e montanhas.

Ruth teve seu pai assassinado durante os anos de luta armada que dividiu o Peru, nas décadas de 80 e 90. Viveu com a mãe e cinco irmãos em uma espécie de campo de concentração formado pelos guerrilheiros, fugiu enfrentando a floresta, a fome, o medo, as doenças até chegar à cidade de Satipo. Na cidade, o que a aguardava era o sub emprego e o preconceito, mas a força interior foi maior que o peso da realidade e ela começa a mudar o seu destino: retoma os estudos e conhece a CARE. A jovem guerreira se engaja como voluntária na luta por melhores condições de vida e assim volta a seu território de origem para trabalhar junto às comunidades do Rio Ene.

A notícia da construção da barragem de Pakitzapango, que afetaria 17 comunidades indígenas, com uma população de cerca de 10 mil pessoas, para gerar energia a ser exportada para o Brasil, chega a seu conhecimento por uma reportagem na emissora de rádio local, em 2008. As comunidades já enfrentavam, nessa época, a exploração de madeira e de petróleo, através de concessões do governo Peruano a empresas, sem consulta prévia às comunidades locais.



Rio Ene. Foto Jonathan McLeod

Ruth decide, então, buscar informações e aliados para impedir mais esse desastre e dessa forma conhece Monti Aguirre e Glenn Switkes, da International Rivers, conselheiros e parceiros do Fundo Socioambiental CASA desde sempre.



## Parcerias fundamentais

Monti define seu papel como conselheira do Fundo CASA dizendo: “ Minha relação é, antes de uma relação institucional, uma relação pessoal, de amizade e confiança. Todos os projetos que recomendo são de grupos que conheço há muito tempo ou que estou conhecendo por conta de meu trabalho na proteção dos rios, dos direitos humanos e direitos indígenas. É uma história de vida.

Foi assim que conheci Ruth e o caso dos Ashaninka do Rio Ene. Fizemos uma visita à área e começamos a nos relacionar com o pessoal da CARE. Percebemos a necessidade da capacitação do povo Ashaninka do Peru sobre a questão das represas, a urgência de se apoiar a relação deles com outros grupos que enfrentam o mesmo desafio, principalmente os grupos do Brasil, país que tem interesse também nas obras de infraestrutura e energia no Peru.”



Jovem Ashaninka. Foto Blog Ashaninka-Apiwtxa

## Estratégias de luta



Ashaninka fiscaliza a fronteira. Foto Acervo CPI-AC

Foi a partir da análise do contexto e da situação local que se percebeu que as comunidades do Rio Ene não haviam sido consultadas sobre a barragem. Havia uma questão legal a ser explorada, a possibilidade do uso da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho –OIT que regulamenta uma série de direitos dos povos tradicionais, para começar a luta.

“Com um pequeno recurso de apoio do Fundo CASA, consultamos um advogado para preparar o caso. Foi elaborado um estudo legal e a partir de uma falha da empresa, com apoio da Convenção, conseguimos parar a construção de Pakitzapango. Depois a Odebrecht, construtora responsável pela hidrelétrica, desistiu de prosseguir no negócio.”

Ruth também viajou para a Europa, para os Estados Unidos e para o Brasil para denunciar as arbitrariedades e ameaças. Outras lideranças indígenas do Brasil também se juntaram à luta, pois os danos à floresta e aos rios ultrapassam as fronteiras.

O Fundo CASA apoiou diversas ações nessa região de fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia



e em outros países, dentro de seu Programa de Apoio na América do Sul para comunidades afetadas por grandes obras de infraestrutura

e energia, com recursos da Fundação Mott, e também dentro do Programa de Defesa Legal de Direitos Indígenas.

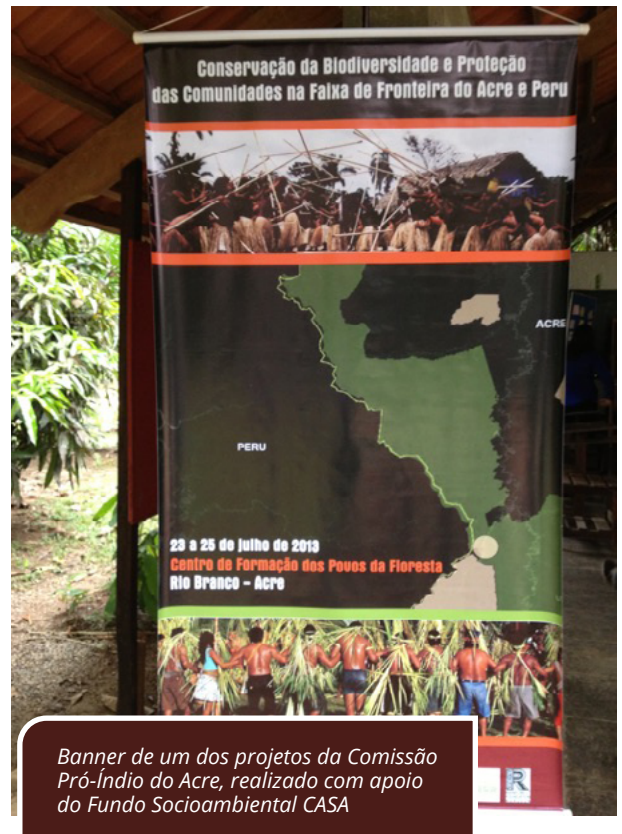


Um grande grupo de Ashaninkas viaja rio acima de barco para visitar tribos vizinhas. Foto Mike Goldwater

## Resposta conjunta, articulada e complementar

A expansão dos apoios do Fundo CASA além das fronteiras do Brasil se dá para responder de forma conjunta, articulada e complementar a questões que se multiplicam em toda a região. Contribuindo, principalmente, para a capacitação das pessoas que estão ameaçadas, apoiando estratégias combinadas, como o uso da Convenção 169 por povos indígenas em vários países, viabilizando recursos para que viagem e participem de audiências com comitês de direitos humanos da ONU, OEA e OIT.

A Comissão Pró Índio – CPI, do Acre é uma importante parceira do Fundo CASA para as estratégias de ação nessa região sensível, onde a floresta e os rios, assim como os grupos indígenas, existem muito antes dos Estados se formarem e determinarem, sempre a custa de muitos conflitos e guerras, as suas fronteiras.



Banner de um dos projetos da Comissão Pró-Índio do Acre, realizado com apoio do Fundo Socioambiental CASA



*Ashaninkas do Brasil e Peru definem estratégias para proteção de seu território. Foto Acervo CPI - Acre*

## Intercâmbio de conhecimentos

Maria Luiza P. Ochoa, conhecida como Malu, coordenadora do Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional da CPI Acre, atuando há mais de 20 anos na questão, aponta a importância do apoio do Fundo CASA.

“Em 2005 tivemos o primeiro encontro binacional de populações indígenas, reunindo dezenas de representantes de organizações indígenas dos dois lados da fronteira Brasil-Peru. Foi muito interessante para a CPI entender o que havia do lado Peruano. Esse encontro subsidiou essas informações para que a gente pudesse formular estratégias para as áreas ameaçadas.

Aqui na região temos um mosaico de culturas, com predominância dos povos indígenas e também de povos isolados. É uma região muito vulnerável, principalmente na fronteira com o Peru onde o governo firma acordos de concessão para exploração de madeira, petróleo e gás mesmo em áreas indígenas e parques, e onde a presença do narcotráfico acarreta muitos conflitos.”

Há um contexto geopolítico envolvendo os governos dos países sul americanos para aumentar a infraestrutura de integração na região, com construção de rodovias, ferrovias, hidrovias, gasodutos, hidrelétricas e outras grandes obras



*Equipe da Comissão Pró-Índio do Acre. De camiseta rosa, no meio, Maria Luiza P. Ochoa. Projeto Monitoramento, Vigilância e proteção dos territórios indígenas e índios isolados na região de fronteira Acre (Brasil) e Madre de Dios (Peru).*



Lucas Manchineri. Foto Acervo CPI – Acre

com o objetivo de integração econômica e física, cruzando áreas protegidas, além de acordos bilaterais para a exploração de minérios, petróleo, madeira e formas de levar tudo isso aos portos do Pacífico para exportar para a China.

A CPI está trabalhando, com o apoio do Fundo CASA, na mobilização das comunidades indígenas, construindo espaços para a troca e o levantamento de informações e para dar voz a esses atores.

“O primeiro projeto que o Fundo CASA apoiou em parceria com a CPI Acre foi uma oficina em 2012, sobre a Convenção 169, que garante aos povos tradicionais impactados por obras em seus territórios, a consulta livre, prévia e informada. Assim conseguimos reunir um número grande de indígenas de várias etnias para que conhecessem a legislação e as possibilidades de uso da Convenção para garantir seus direitos,” completa Malu.

## Jovens lideranças conquistam espaços

Lucas Manchineri e Isaac Ashaninka são dois jovens indígenas com liderança e atuação em suas comunidades e junto a vários parceiros. Seu trabalho colabora para que os povos indígenas tenham cada vez mais voz própria, estratégias e ações para que os territórios sejam protegidos em sua integridade física e cultural e para que o povo das aldeias viva com saúde, respeito e possa se posicionar contra as ameaças.

“Antes as informações vinham de cima para baixo” – diz Lucas Manchineri. “Estamos mudando esse cenário. Fizemos cinco oficinas com os professores, dentro da Terra Indígena, sobre a convenção 169, discutindo como é o processo, o que está impactando a TI. A lei diz que qualquer obra precisa ouvir as comunidades. Tem que haver um estudo de acordo com o impacto e consulta para esclarecer e informar a comunidade. Essa é a lei internacional e também está garantido na



Ao fundo, de camiseta vermelha, Isaac Ashaninka. Foto Acervo CPI – Acre



Constituição Federal. Para enfrentar a realidade temos que conhecer nosso dever e nosso direito. Hoje o nosso povo sabe falar com as autoridades, foi um trabalho duro mas muito valioso de formação”.

Isaac Ashaninka é membro de uma família pioneira na defesa dos direitos e na construção de uma nova realidade para o seu povo, que vive no Rio Amônia, no Acre. É professor e líder comunitário e comenta a situação de seu povo, dividido entre dois países, com legislações diferentes para os povos indígenas, mas com ações que acabam refletindo da mesma forma negativa.

“Em 2014 aconteceu a morte de quatro Ashaninka na fronteira de nosso território com o Peru. Mas não é de hoje essa violência. Isso vem de séculos. Desde que era criança, escuto as histórias de violência, dos madeireiros que entram destruindo a floresta e ameaçando o povo indígena, das empresas que veem explorar petróleo, gás, minérios, do narcotráfico que agora é conhecido como narcomadeireiro, porque a ação é conjunta.

Nossas lideranças são ameaçadas de morte porque resistem e denunciam a invasão e a violência, porque usamos nosso conhecimento e a tecnologia em nossa defesa. Mas como mudar esse cenário? Somente com ações positivas, com alternativas sociais, culturais e econômicas sustentáveis, com a produção e o intercâmbio de conhecimentos, com diplomacia e diálogo vamos conseguir bloquear o avanço das ações do outro lado. A comunidade bem organizada, sentindo-



*Benki Piyako Ashaninka - Liderança Apiwtxa. Foto Acervo Fundo CASA*

se valorizada, com a autoestima aumentada pode agir em seu favor e também intermediando conflitos com o lado peruano. E isso conseguimos com nossa organização e o apoio e parcerias de gente como a Comissão Pró Índio e o Fundo CASA.”

## Queremos viver bem

Hoje Ruth Buendia e outras lideranças indígenas do Peru seguem em sua luta, vencendo algumas batalhas mas sempre mantendo a guarda e buscando estratégias conjuntas com lideranças do Brasil e outros países sulamericanos e contando com apoios fundamentais de parceiros como

“Nosso passado de guerra e terrorismo nos marca, passamos por uma luta armada e não queremos passar por um novo tipo de terrorismo econômico que é o que as usinas hidrelétricas representam. A história do Sendero ainda está viva, por isso reivindicamos ao Estado para que não deixem de olhar por nós. Os Ashaninka não querem conflito,

o Fundo CASA. Sua agenda é muito pesada e quase não lhe permite tempo livre para conviver com os cinco filhos. Um sacrifício pessoal recompensado pela união do povo Ashaninka e pela proteção de um território que pertence às futuras gerações. Ela define assim seu desejo:

queremos viver bem. A razão de ser Ashaninka é ter um território. Se as barragens inundam o vale, para onde devemos ir? Seria como desaparecermos.”



# Povo das águas, povo sem água



Foto Acervo ECOA

O que D. Neuza tem em comum com D. Edil, Daniel, Cleide e milhares de outras pessoas que vivem na região do Pantanal, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entrando pela Bolívia e Paraguai?

Todos eles compartilham a vida, os sonhos e os desafios num ecossistema de rara beleza e ao mesmo tempo de grande vulnerabilidade. Todos



eles viveram uma vida relativamente tranquila, tirando seu sustento da natureza exuberante e generosa, até que as mudanças drásticas na forma de ocupação, a partir da segunda metade do século 20 e o começo do 21, começaram a afetar, em ritmo acelerado, esse equilíbrio.

As terras pantaneiras se valorizaram e provocaram a ganância dos fazendeiros. As empresas mineradoras se apossaram de grandes áreas, transformando verdes montes em montanhas de minério arrancadas e transportadas sobre vagões de trens ou barcaças pelos rios até os portos. O turismo também descobriu a região e muitas iniciativas se revelaram predatórias, extremamente prejudiciais à população local e ao ecossistema.





## As comunidades invisíveis, guardiãs do patrimônio

“Conheci o Pantanal como pesquisador. Até um certo momento, eu só enxergava os dados, os números das pesquisas, mas passei a ver as dinâmicas sociais e políticas desse ecossistema vulnerável. Conheci as pessoas invisíveis que ali viviam, sofrendo com todo tipo de pressão, vivendo na pobreza e falta de perspectiva. E percebi que são elas que cuidam dos recursos nas áreas prioritárias, são elas as responsáveis pelo patrimônio cultural, histórico e natural incalculável dessa região.”

André Siqueira, Diretor Presidente da ECOA – Ecologia e Ação, instituição parceira do Fundo



André Siqueira – Diretor Presidente da ECOA – Ecologia e Ação. Foto Acervo ECOA.

CASA desde sua concepção, fala de seu envolvimento com a causa socioambiental e da importância da ECOA ter contribuído para viabilizar um fundo que apoiasse diretamente as populações locais — um instrumento fundamental no trabalho de proteção dessa grande região.

## Uma parceria real, concreta e inspiradora



Foto Acervo Fundo CASA.jpeg

“A história de parceria entre o Fundo Socioambiental CASA e as associações representantes de comunidades tradicionais do Pantanal é real, concreta e inspiradora. As ações apoiadas pelo Fundo CASA no Pantanal têm mudado a realidade socioambiental e econômica destes grupos que estão entre os mais vulneráveis do país. O trabalho conjunto teve início em 2000, numa articulação no território que contou com o apoio da ECOA, organização não governamental que trabalha na região há mais de 20 anos, onde grupos vulneráveis e invisíveis alcançaram pela primeira vez recursos que viabilizaram o fortalecimento do coletivo no território. Um

trabalho difícil de ser apoiado por qualquer outro fundo.”

D. Neusa, da Associação dos Pescadores Artesanais de Miranda, resume em poucas palavras o drama vivido pelos pescadores e extrativistas que habitam dezenas de comunidades ao longo dos rios.

“A gente aqui luta para todos os lados, minha filha! A gente pesca peixe, pesca isca, planta, faz conserva, recebe turista... As mulheres ficam com as tarefas mais pesadas, saem bem cedo de casa e trabalham o dia inteiro com água até a cintura.



Foto Acervo ECOA

Mulheres mais velhas, a maioria com 45, 50, 60 anos. É muita dificuldade para dar conta de tudo porque depois de até 10 horas dentro d'água, a gente chega em casa e ainda tem tudo para fazer:

limpar, arrumar, cuidar da roupa, fazer a comida. A gente se dá conta de que não tem mais nada a não ser nossa força de vontade.

Mas a gente olha pra traz e vê que melhorou, e melhorou muito!!! Foram muitas conquistas. E isso porque o Fundo CASA apoiou a gente desde o começo, desde o tempo em que ainda não tinha a Associação. Foi com esse apoio que conseguimos os primeiros macacões impermeáveis para trabalhar dentro da água. Isso protegeu as pessoas de doenças, de acidente com cobra. Apoiou o trabalho para melhorar a nossa renda com o melhor aproveitamento das iscas, que antes morriam muito. Depois ainda deu recurso para a cozinha comunitária, pra gente aproveitar os frutos, principalmente a Bocaiúva, que dá aqui na região. E com isso, com a Associação, a gente conseguiu se articular com outros grupos, conhecer outras associações daqui da região, encontrar outros parceiros, outros apoios. É claro que ainda tem muita coisa para se fazer, precisamos ainda de muito apoio. Mas com certeza já somos vitoriosos.”

## *Sem água e sem ar para respirar*

Ao lado das populações que vivem do rio, o povo da comunidade de Antônio Maria Coelho, não muito longe dali, vive outra realidade: a falta absoluta de água, a destruição de suas matas, a expulsão de suas terras e a poluição que traz doenças.

“Eu nasci aqui em Antônio Maria Coelho, um lugar muito bonito, no pé da serra, com muitos córregos, muitas frutas nativas. Minha família foi para a cidade, mas voltei com 17 anos para cá. A vida na cidade era muito difícil. Por isso eu e meu marido voltamos. No sítio tem a natureza, tudo que a natureza proporciona. A gente faz a agricultura familiar, recolhe as frutas e consegue viver bem. Aqui tinha fruta para todo lado. Mas aí tudo começou a mudar... Mudou da água para o vinho, fomos do paraíso para o inferno.

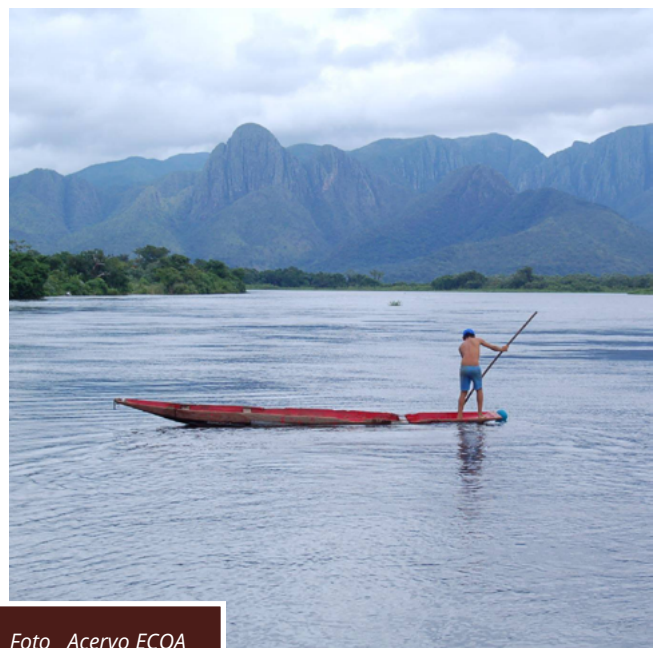


Foto Acervo ECOA



Foto Acervo ECOA

Na visão dos poderosos, este era para ser um lugar só de exploração das grandes empresas, das mineradoras que extraem ferro: a Vale e outras cinco empresas fizeram portos, grandes fábricas, estradas de ferro para transportar o minério. Não era para ter moradores aqui, não era para ter as frutas, as plantas medicinais... Era para ser só o minério. Tudo começou a ser destruído, o lugar mudou completamente..."

Edil, como é conhecida Edeltrudes Correa de Oliveira, é presidente da Associação dos Moradores de Antônio Maria Coelho e fala do assombro e da indignação de toda a comunidade diante das mudanças. Da vontade de reagir, mas, ao mesmo tempo, a total falta de confiança de que poderiam mudar alguma coisa. Eram pessoas invisíveis, sem voz.

*"A comunidade se fortaleceu, passou a existir, a ser ouvida!"*



Foto. Acervo Fundo CASA

"As autoridades não queriam ouvir a gente... era muito difícil. Mas se a gente não buscasse os meios de sobreviver, como seria? Porque hoje não temos água, os córregos secaram todos por conta dos poços que as empresas abrem para lavar o minério, enquanto nós não temos água para beber! Dependemos de caminhão pipa. Isso é uma tragédia. As pessoas têm que saber que isso acontece. Além disso tem a doença e a morte provocadas pela poluição."

Diante da indignação e do impasse, a comunidade se juntou e buscou saídas.

"Então fomos à luta, mesmo sem entender da burocracia, foi com a ajuda do pessoal da ECOA e com o apoio do Fundo CASA que conseguimos formalizar a Associação para correr atrás dos nossos objetivos. Se não tivesse esse primeiro recurso que a gente precisava tanto, no início de tudo, a gente não teria conquistado o que temos hoje."

Com a Associação, a comunidade se fortaleceu, passou a existir, a ser ouvida! Passaram a ser convocados para as audiências públicas, para encontros e reuniões, vieram outros parceiros, outros projetos, beneficiando a toda a comunidade, direta ou indiretamente.

"Hoje temos a cozinha comunitária equipada com o apoio do Fundo CASA. Com a ajuda de outros parceiros estamos indo atrás de nossos sonhos para ter melhorias nas nossas vidas.



Foto Acervo Fundo CASA



As mulheres não tinham perspectiva nenhuma, agora estamos gerando renda com a bocaiuva, o coco da palmeira que só dá nessa região e de onde tiramos farinha, polpa, o doce, o óleo. Os homens se juntaram à luta e são companheiros importantes. Algumas batalhas nós vencemos, como o selo do SEBRAE para nossos produtos. Outras batalhas estamos no caminho da vitória, como no processo de acesso à água.”

*Empoderamento é o único caminho para mudanças reais e duradouras*



Foto Acervo Fundo CASA

Mais do que apoiar um projeto específico, a estratégia por trás dos apoios do Fundo CASA é a combinação dos recursos canalizados para alcançar resultados que, dessa forma, podem ser maiores, influenciando governos e outros parceiros e financiadores na região. O empoderamento das comunidades e o fortalecimento das organizações locais para que confrontem as ameaças e defendam seus direitos a uma vida digna são o único caminho para mudanças reais e duradouras.

Mulheres isqueiras, mulheres indígenas, mulheres artesãs, coletivo de professores da fronteira, placas solares, rádios comunicadores, produção de material de divulgação, oficinas de capacitação, organização associativa e registro em cartório. Foram cerca de 80 projetos apoiados diretamente pelo Fundo CASA na fronteira brasileira do Pantanal, entre 2000 e

2015 (já que os apoios começaram antes de sua constituição formal), criando uma grande rede de comunidades articuladas em torno de seus ideais e necessidades. Como o foco do Fundo CASA são os grandes ecossistemas, apoiamos por volta de outros 50 projetos nos países vizinhos — Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina — que formam a grande Bacia Paraguay-Paraná.

Além da proteção aos sistemas úmidos da América do Sul, essa união estratégica de forças tem confrontado grandes obras de potencial destrutivo como a Hidrovia Paraguay-Paraná. Desde 1994, a resistência dessa grande aliança segue trabalhando para proteger essa maravilhosa região. Uma rede que opera de forma orgânica, mobilizando energias, habilidades, outros recursos e apoiadores, e conhecimentos para a resolução dos problemas e a criação de soluções.



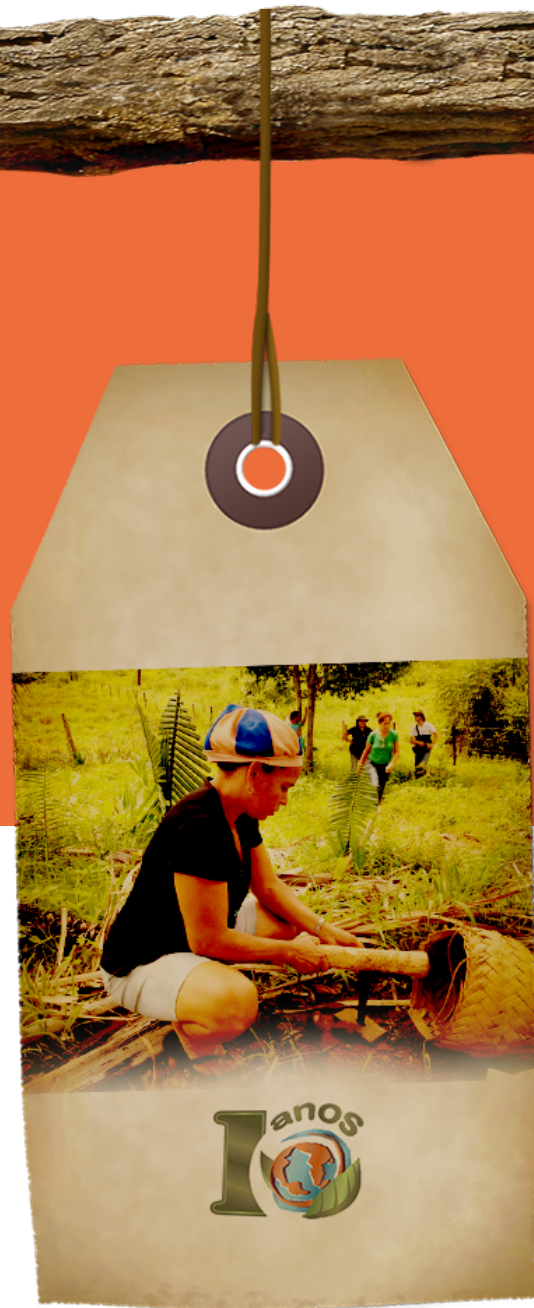
Foto Acervo ECOA

# Todos os tons de verde



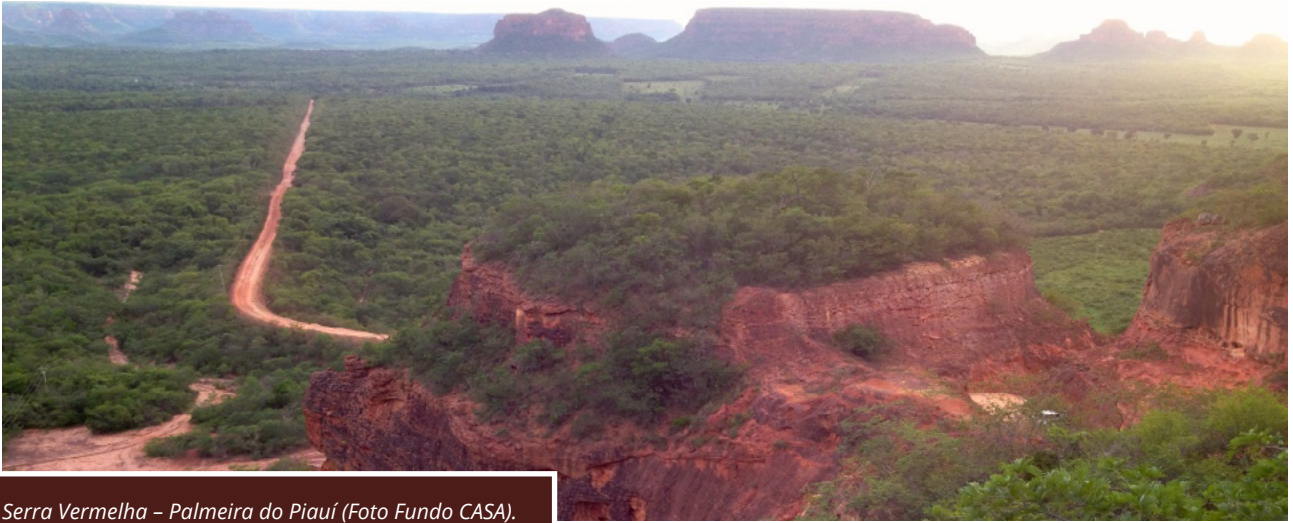
Vicente de Paula e esposa Dona Rita – Carrancas – Buriti – MA  
(Foto acervo Fórum Carajás).

“Eu nasci e fui criado aqui em Buriti, meu pai já vivia aqui, desse mesmo jeito. Não tenho vontade de sair, tenho amor por este lugar. Me dá alegria viver aqui, ver a quantidade de frutas no cerrado, a caça, a água... Eu tenho um bom pedaço de cerrado em pé, preservado. Tem um tanto de bacurizeiro... fruta boa! Se aproveita tudo dela. A semente tem um óleo rico, a gente faz sabão. A madeira é muito boa, madeira fria que protege a água na terra. Se eu der as costas, o povo vem



aqui destruindo tudo. Se eu sair, isso acaba tudo. Vão desmatar, o chão fica desprotegido, assim vai acabar com as nascentes, com os rios.”

Essas palavras do Sr. Vicente de Paula, da cidade de Buriti, na região do baixo Parnaíba, no Maranhão, expressam o sentimento de milhares de outros homens e mulheres que nasceram e viveram ao longo de décadas da agricultura familiar e do extrativismo numa vasta região, diversa e rica, entre o sul do Pará, norte do Tocantins e o estado do Maranhão. Lugar de muitos tons de verde, onde a floresta amazônica se encontra com o cerrado, com os cocais e depois se transforma em caatinga.



Serra Vermelha – Palmeira do Piauí (Foto Fundo CASA).

## O começo do fim

O que Seu Vicente e centenas de comunidades não podiam imaginar é que bem ali perto, debaixo da floresta, havia a maior reserva de ferro de alto teor do mundo. Além de ouro, estanho, bauxita (alumínio), manganês, níquel, cobre e outros minérios raros. Uma “descoberta” que mobilizaria o governo federal e muitos outros parceiros para a implantação do Programa Grande Carajás, batizado assim em homenagem à serra dos Carajás, local de sua implantação na década de 1980.

Desde então, a diversidade de biomas, os muitos tons de verde que eram a riqueza dessa vasta região do país, vem se transformando e dando lugar ao marrom da fuligem dos minerais e à paisagem monótona do pasto e das grandes plantações de soja e eucalipto.

Para o Seu Vicente, para os 10 povos indígenas que ainda vivem nessa região, para as catadoras

de coco de babaçu, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, esquecidos do poder público, mas tocando a vida com coragem, o que tem valor é a terra, são as plantas e os animais, a água limpa e a vida tranquila que tinham.

Realidade totalmente transformada num curto espaço de tempo. Para a consolidação desse ambicioso projeto, foi implantada uma infraestrutura pesada que incluiu a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e da Estrada de Ferro Carajás – que percorre quase 1000 quilômetros até o Porto de Ponta de Madeira, em São Luis, desmatando centenas de hectares da floresta Amazônica e do cerrado. Construção de siderúrgicas, polos de produção de ferro gusa, além de programas complementares com a entrada do agronegócio, trazendo gado, soja e eucalipto para substituir a paisagem natural, vieram na sequência.

## A ilusão do progresso

Num primeiro momento as pessoas chegaram a se animar com a propaganda que se fazia: o progresso estava chegando, milhares de empregos seriam gerados, a vida das comunidades finalmente iria melhorar. Mas as

promessas logo se revelaram ilusão. Comunidades inteiras foram deslocadas de onde viviam, gerando desestruturação social, inchamento das cidades, violência, acidentes às margens da ferrovia e trabalho análogo ao escravo nas carvoarias.



Enormes áreas de floresta foram desmatadas pela indústria madeireira e também para produção de carvão, elemento indispensável para transformar o minério de ferro em ferro-gusa, matéria prima do aço. Danos ao lençol freático, poluição dos rios e da atmosfera, desertificação – são mais alguns dos muitos efeitos da implantação desse grande programa.

Assim como Seu Vicente, centenas de famílias foram ameaçadas, perseguidas, sofreram violências e represálias. Muitas perderam seu modo tradicional de vida e não perceberam nenhuma melhoria, muito pelo contrário.

Mas alguns resistem, insistem em ficar em seus territórios, em lutar por melhorias nas áreas afetadas e por seus direitos.

## *A esperança que transforma*

“Com a ajuda do Fórum Carajás e com o projeto que o Fundo Casa apoiou, eu consegui ficar aqui, na minha terra” – diz Seu Vicente. “Consegui enfrentar uma pressão muito grande para vender. O recurso veio na hora certa. Eu estava já desesperado, numa situação difícil, quase saindo... Muitos amigos e vizinhos não aguentaram a pressão e venderam. O dinheiro que receberam não deu pra nada. Era só ilusão. Ficaram sem a terra, sem lugar pra viver, sem ter como trabalhar. Dinheiro não resolve o problema. Com o projeto, deu um novo ânimo pra gente.

Fizemos reflorestamento de bacurizeiro. Os filhotes nascem bem, é fácil replantar. Daqui a pouco vai ter muito mais fruta e animais. O rio fica protegido e vai ter mais nascentes.”

O Fórum Carajás, criado em meados da década de 1990 para dar conta da complexidade local, hoje é um importante parceiro do Fundo Socioambiental CASA, indicando comunidades e projetos com grande necessidade de apoio e potencial impacto na realidade local.

## *De apoiados a conselheiro*

Mas antes de serem parceiros, o Fórum Carajás foi um dos apoiados pelo Fundo CASA. No momento em que mais precisavam de apoio para se organizarem, foi o recurso do Fundo CASA que manteve a rede viva e atuante, permitindo que cumprissem seu papel de acompanhar a implantação dos grande programas

desenvolvimentistas e os impactos na região como a infraestrutura instalada e o avanço da monocultura, colher informações junto às comunidades locais impactadas, dar visibilidade a essas informações, buscar o empoderamento das comunidades.

## *A invasão da soja*

Em 2005, com um programa específico para áreas afetadas pelo avanço da soja do Fundo CASA, com recursos de um pool de fundações holandesas (Doen, Cordaid, Solidaridad), do Blue Moon Fund e do Global Greengrants Fund, o Maranhão aparece como uma área prioritária,

em especial o baixo Parnaíba onde o avanço da expansão agrícola, com a entrada da soja e também do eucalipto que alimenta os fornos das siderúrgicas e da cana, ameaça o que resta do cerrado, dos cocais e da caatinga.



## A União na busca de soluções



Foto acervo Fórum Carajás.

Mayron Regis, de São Luis do Maranhão, é jornalista e desde 2001 integra o Fórum Carajás, com uma relação próxima com as comunidades dessa região. Ele nos fala de sua trajetória e trabalho:

“Várias questões me levaram para esse caminho, uma visão política de questionamento, uma preocupação de como intervir na realidade do Maranhão, onde há muita riqueza em contraste com extrema pobreza, buscando uma melhoria nas condições de vida das comunidades. Para isso era importante divulgar para o público

essas realidades, escrever artigos, promover a articulação política, desenvolver projetos específicos.”

Assim surge a parceria com o Fundo CASA, indicando projetos da região com base na relação estabelecida com os grupos, pessoas e comunidades, conhecendo o contexto e a realidade local, isso agregado à urgência, como em situações de desmatamento, perdas do patrimônio natural, ameaças à agricultura familiar, à permanência das pessoas no campo, buscando viabilidade econômica para as famílias.

## 10 anos de parceria

O Fundo CASA foi fundamental ao longo destes 10 anos de parceria, apoiando mais de 20 projetos nessa área, através do Fórum Carajás. Sem esse apoio fundamental o trabalho não avançaria como avançou, estaria capenga.

Entre os projetos aprovados nessa região estão ações contra o desmatamento em áreas indígenas, oficinas, encontros, capacitação de

comunidades em agrofloresta, reflorestamento, aproveitamento econômico de frutos do cerrado, combate ao trabalho escravo, além de ações diretamente relacionadas à mineração, que tem arrancado o coração dessa terra.

Tudo para que todos os tons de verde retomem essa linda paisagem.





# Um oceano de desafios



Mariselia Carlos Lopes (Nega) – Presidente da Associação de Pescadores da Ilha. (Foto Erick Sales/ arquivo CESE).

“Agora dizem que o Brasil está saindo da pobreza, mas, na verdade, temos menos apoio e muito mais problemas hoje. A situação está pior porque os grandes projetos estão acabando com tudo. O governo está passando por cima da natureza e das pessoas, acabando com os manguezais que são a fonte da vida. E tem também o Polo Industrial e o Porto de Aratu, a refinaria Landulpho Alves, plataformas de petróleo, especulação imobiliária...”



Em 2013 houve uma explosão durante o carregamento de gás propano no navio Golden Miller, no porto de Aratu, e toda a fumaça tóxica veio para as nossas comunidades, deixando as pessoas doentes, interferindo na nossa vida. Os vazamentos de petróleo são frequentes e atingem o mangue. A violência contra as comunidades é muito grande, a pressão para que a gente entregue a terra, para destruir ainda mais os manguezais com a carcinicultura, com os empreendimentos do Polo de Aratu. Aqui já morreu gente assassinada em emboscada, outros ficaram deficientes por conta de tiro, já envenenaram as fontes de água, mulheres morreram afogadas tentando ir mais longe para coletar seu ganha pão.”



Nega, como é conhecida Mariselia Carlos Lopes, presidente da Associação de Pescadores da Ilha, é pescadora da comunidade de Bananeiras,

em Ilha de Maré, e fala com indignação sobre a situação das comunidades dessa ilha na Baía de Todos os Santos, município de Salvador, na Bahia.

Mas a realidade descrita por Nega, infelizmente se espalha por toda a costa nordestina, do Maranhão ao sul da Bahia, impactando milhares de comunidades tradicionais que sempre

viveram nesses lugares, retirando da natureza seu alimento, seu abrigo, sua medicina e ali produzindo sua cultura, suas festas, sua arte.

## Compartilhando tradições e desafios

Remanescentes de povos indígenas que ainda guardam no corpo e na cultura os traços dos antepassados, aldeias organizadas, quilombos, comunidades de pescadores que vivem há

séculos nessa faixa entre o mar e as montanhas compartilham, além do modo de vida muito próximo, os efeitos do modelo de desenvolvimento adotado pelo país.

Em Caravelas, no extremo sul do Estado da Bahia, também se misturam os povos e as culturas e ali trava-se uma luta pela valorização desse patrimônio cultural e natural, pela recuperação e proteção do meio-ambiente, onde, inclusive

está localizado o Parque Nacional de Abrolhos, pela afirmação da identidade e por direitos que garantam uma vida mais digna a uma população que há muito tempo foi abandonada pelo poder público.

## Transformação pela educação e arte



*Espetáculo de cunho socioambiental – Movimento Cultural Arte e Manha – Caravelas – BA – (Foto Movimento Cultural Arte e Manha).*

Jorge Galdino Santana é um dos ativistas do Movimento Cultural Arte Manha, de Caravelas e assim explica o surgimento dessa instituição:

“O movimento de luta através da arte educação surgiu com outros companheiros antes mesmo de eu me juntar a ele.. Quem sabia algo, se

juntava para dar aulas e ampliar o movimento de conscientização, de reflexão e organização das comunidades. O grupo se fortaleceu, criou foco e, em 1992, o Movimento Cultural Arte Manha se constituiu como pessoa jurídica para multiplicar sua ação. As questões socioambientais



são intrínsecas, estão presentes em tudo e a instituição se utiliza do audiovisual e das manifestações artísticas como o teatro, exposições e publicações como ferramentas para informar, formar e refletir sobre os problemas da região

As comunidades de Ilha de Maré e de Caravelas, assim como dezenas de outros grupos e associações da área costeira do Nordeste têm sido apoiados com recursos do Fundo Socioambiental CASA numa ação estratégica coordenada com

costeira e na luta para a criação da Reserva Extrativista de Caçurubá. Além de fortalecer a identidade dessa população afro-indígena da região, valorizando seus conhecimentos e artes e investindo na sua autoestima.”

parceiros como o Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá, dirigido por Renato Cunha, para fortalecer essas ações de afirmação do modo tradicional de vida que cuida e respeita o ecossistema marinho costeiro.

## *Apoios que formam, geram, criam e dão voz*

Esses apoios permitiram a realização de oficinas de formação, reuniões e assembleias, criação e fortalecimento de associações e grupos, projetos de geração de renda, de comunicação, audiovisual e divulgação das questões para um público maior.

“Há uns anos atrás, – diz Nega – se você falasse comigo eu não ia falar nada... Aprendi na luta. Hoje nós falamos por nós mesmos. Pois nós é que sabemos o que a gente passa aqui. Para eu chegar onde estou, são anos de formação porque, como em todos os movimentos sociais, a grande dificuldade é a formação política, a capacitação para a resistência e a luta pelos direitos, o fortalecimento institucional.

Aí está a grande importância do apoio às pequenas iniciativas, porque o resultado delas é grandioso. Sou testemunha do valor do apoio do Fundo Socioambiental CASA, fui pessoalmente beneficiada. Hoje, como eu, as mulheres aqui estão preparadas, a juventude está preparada. Há um tempo atrás algumas instituições que chegaram aqui para fazer estudo de compensação ambiental, remunerados pelas empresas que estavam se instalando, não conheciam nada da nossa realidade, não tinham como elaborar um plano. Quem sabe das nossas necessidades somos nós que sempre vivemos aqui e dependemos desse lugar para continuar vivendo. Hoje, com o empoderamento, não dependemos de ninguém para falar nós, estamos construindo nosso presente e nosso futuro.”



Reunião do Movimento Cultural Arte Manha – Caravelas – BA – (Foto Movimento Cultural Arte e Manha).



## Articulações e crescimento a partir de muito pouco

Para o Movimento Arte Manha também o apoio do Fundo CASA trouxe uma mudança significativa para seu crescimento e conquistas:

“O apoio do Fundo CASA veio na hora certa para o nosso fortalecimento. O trabalho aqui é todo voluntário, mas dependemos da infraestrutura e de recursos para os custos de manutenção. Com essa estabilidade, com computadores, equipamentos e as contas pagas, aí sim, podemos ter mais projetos e atividades, gerando mais trabalho e renda para as comunidades. E também

conseguimos encaminhar projetos para outros parceiros. Hoje somos Ponto de Cultura, temos vários documentários premiados, chegando a um público grande. Buscamos fortalecer a territorialidade para promover uma vida boa para as pessoas no campo, nas suas atividades tradicionais, valorizadas e com capacidade para gerar renda. Estamos articulados com outros grupos e procuramos outros caminhos para atingir esses objetivos como o turismo pedagógico e cultural.”

## GAMBÁ — parceiro e conselheiro desde o começo

Nessa região nordeste do Brasil nosso principal parceiro tem sido o Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia, na pessoa de Renato Cunha, conselheiro e sócio fundador do Fundo Socioambiental CASA. Trabalhando desde o começo da década de 1980, Renato é um profundo conhecedor dos problemas, necessidades e lutas nessa área.

“As primeiras lutas do Gambá foram para chamar a atenção da sociedade baiana para a riqueza do seu patrimônio natural, principalmente com relação ao esgotamento de bens como a água, a Mata Atlântica e os seus ecossistemas associados, como dunas, lagoas e manguezais, além dos graves problemas causados pela poluição industrial, pela falta de saneamento básico, pelo uso de agrotóxicos, pela poluição das praias, rios e lagoas, pela exploração de urânio e suas consequências.”

Além de sacudir a sociedade para o despertar diante de tantos problemas ambientais, através de ações educativas e de mobilização, o Gambá atuou firmemente frente aos poderes públicos para a criação de instrumentos legislativos, executivos e judiciários que garantissem um modelo econômico baseado no desenvolvimento sustentável e na proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Segundo Renato, “O fortalecimento de pequenas instituições do movimento socioambiental brasileiro foi a grande motivação que tivemos,



Renato Cunha – Presidente do Gambá.

junto com companheiros ambientalistas, para a criação do Fundo Socioambiental CASA.

A existência no Brasil, e nos demais países da América do Sul, de uma cidadania ativa preocupada com as injustiças ambientais, precisa ter o apoio e a solidariedade necessária para que possa desenvolver ações e aglutinar pessoas que combatam o modelo predatório vigente e busquem soluções sustentáveis em nível de cada território, potencializando redes de conexões. Essas iniciativas precisam inclusive ganhar maior escala e serem muito mais visíveis para a sociedade. O Fundo CASA tem exercido este importante papel



Pescadores de Caravelas. (Foto Movimento Cultural Arte e Manha).

e assim nos mobiliza a continuar vinculados a este trabalho.”

Ainda nessa região nordeste o Fundo CASA apoiou projetos que tinham como foco a transposição do Rio São Francisco, a mineração de urânio na cidade de Caitité, onde está a maior reserva mundial desse mineral, além de iniciativas de proteção e recuperação da Mata Atlântica, com apoio a comunidades locais, alcançando mais de 168 projetos apoiados ao longo de 10 anos.

Assista o vídeo “É tudo mentira”.



Obras da transposição do Rio São Francisco. (Foto TV NBR).



# Transformando o turismo em aliado



Pescadores da Prainha do Canto Verde – CE (Foto prainhacantoverde.org)

Praias de mar verde esmeralda ou azul profundo, mata atlântica emoldurando a paisagem, mangues e restingas pulsando de vida. Rios de água translúcida com peixes coloridos nadando por entre jardins submersos. Comida de fogão a lenha, céu estrelado, cantorias em roda. Paisagens assim “de cartão postal” felizmente ainda existem, espalhadas pelas áreas costeiras ou pelo interior, do Atlântico ao Pacífico, na



grande América do Sul que compartilha a mesma natureza e diversidade cultural, exuberantes e preservadas.

Mas não é tão simples assim a manutenção dessas paisagens e culturas tão diversas e ricas. O movimento contrário é muito forte: ocupação desordenada das cidades que se expandem, o modelo de turismo predatório que desaloja comunidades tradicionais para implantação de imensos resorts, além dos projetos desenvolvimentistas que passam por cima dos biomas para instalarem grandes obras de engenharia como barragens, plantas industriais, portos e exploração mineral.



Prainha do Canto Verde – Ceará  
(Foto: prainhacantoverde.org)

## Os guardiões da vida

Comunidades tradicionais, povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas tem lutado com coragem, buscando aliados e estratégias para manter sua forma tradicional de vida, gerar renda e implantar negócios sustentáveis. A luta pela permanência em territórios de ocupação tradicional que, justamente por manterem essa forma de ocupação mais orgânica se mantiveram protegidos, com diversidade cultural e biológica, é também uma das estratégias do Fundo Socioambiental CASA.

O apoio a comunidades, projetos e iniciativas que garantam a continuidade desses espaços humanos de convivência harmoniosa com a natureza e produção cultural, com capacitação e empoderamento, informação e comunicação e ainda infraestrutura para garantir geração de renda e implantação de iniciativas de turismo comunitário vem beneficiando milhares de pessoas e garantindo melhoria nas condições de vida desses povos.

“Aqui nós vivemos felizes, com a garantia deste espaço, numa luta constante. Tenho orgulho de minha origem, sou descendente de povos tradicionais daqui, de pescador, de agricultor. A gente se identifica como povo tradicional deste lugar. A gente guardou no rosto, na fisionomia, muito dos indígenas, nossos antepassados.



Pescadores tradicionais da região da Prainha do Canto Verde – Ceará (Foto: prainhacantoverde.org)

E também o jeito de viver aqui nessa terra, com respeito pela natureza e também fazendo muita festa.” Assim Painho, como é conhecido Roberto Carlos de Lima Ribeiro, apresenta sua comunidade da Prainha do Canto Verde, próxima a Fortaleza, no Ceará.

“A luta é grande, contra gente muito poderosa, mas com humildade, fraternidade e a presença de Deus a gente vai vencendo. Hoje somos exemplo para outras comunidades, mostrando que é possível a gente viver bem, ter um lugar para morar, trabalho, ter um negócio.”



## Desafios e sonhos que se multiplicam

Da mesma forma que Painho, Robson Dias Possidonio, da ABAT – Associação dos Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade no litoral sul do Rio de Janeiro, as comunidades do Quilombo da Fazenda e da Juréia, uma em Ubatuba, no litoral norte, e outra em Iguape, no extremo sul de São Paulo, também vencem as pressões e alteram suas realidades com projetos apoiados pelo Fundo CASA.

Essas comunidades enfrentam a especulação imobiliária e as restrições de unidades de conservação como Áreas de Preservação Ambiental e Parques Ecológicos implantados na área litorânea para barrar o desmatamento da Mata Atlântica. Apesar do aspecto positivo da criação dessas unidades, existe um grave conflito com as comunidades tradicionais que já ocupavam esses locais e que se viram impedidas de usufruir dos recursos naturais de que sempre dependeram para sua sobrevivência não só física mas cultural.

“Eu acho que todos nós causamos algum impacto por viver na terra. As pessoas precisam comer o peixe. Eu acho que a gente causa bem pouco



*Robson Dias Possidonio, presidente da ABAT – Associação dos Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade – Rio de Janeiro. (Foto Attilio Zolin/Fundo CASA).jpeg*

impacto se comparar com os grandes barcos industriais e com as grandes empresas e o que eles fazem hoje. E o Parque não vê isso”. Diz, indignado, Robson que defende o direito de sua comunidade viver do peixe que sempre os alimentou e que agora está sob proteção do Parque Nacional da Serra da Bocaina que avança sobre o mar.

Enquanto prosseguem as negociações com o Parque, a comunidade de Trindade se prepara e busca alternativas para se manter no território ocupado há muitas e muitas gerações.

## Raízes para serem cultivadas

A comunidade do Quilombo da Fazenda, que ainda busca reconhecimento legal por seu território como quilombo, encara o grande desafio de ter sua área tradicional de ocupação se sobrepondo ao Núcleo de Pinguaba do Parque Estadual do Serra do Mar. Com as restrições sobre a forma de ocupação, a comunidade estava se desagregando, com muitas famílias saindo em busca da sobrevivência.

A produção do suco da palmeira Juçara, a construção de uma cozinha comunitária e os programas de recepção a turistas agregando a cultura quilombola, foram soluções encontradas para confrontar a realidade. Da mesma forma, a comunidade de Trindade também se capacitou para fazer passeios de barco com turistas que procuram muito essa praia. E a Prainha do Canto Verde, com seu projeto de turismo comunitário, conquistou um público ávido pelas belezas



*Caiçaras de Trindade*





da praia e a convivência com a comunidade tradicional, usufruindo da vida simples e saudável.

“O apoio do Fundo CASA foi muito importante, – diz Painho, do Canto Verde. Veio para garantir essa nossa luta, apoiar o trabalho de comunicação e organização, de técnicas de rádio para que os jovens possam refletir sobre a situação que vivem aqui.”

“A ABAT nunca tinha escrito projeto nenhum – explica Robson. Onde a gente ia achar um financiador que ia nos ajudar dessa forma? A gente ficou sabendo que o Fundo CASA era uma instituição que ajudava pequenas iniciativas como a nossa. Naquele momento apoiavam comunidades que seriam atingidas pela Copa, e o Parque Nacional da Serra da Bocaina era um parque da Copa.”



Culinária quilombola no Quilombo da Fazenda Picinguaba (Foto: quilombodafazenda.org.br)

## As promessas da Copa e o legado real



Barqueiros da ABAT levam um grupo de turistas para passeio. (Foto Attilio Zolin/Fundo CASA).jpeg

Robson fala do primeiro projeto que a Associação dos Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade elaborou, com apoio do IPEMA – Instituto de Permacultura, e Ecovilas da Mata Atlântica – parceiro importante do Fundo CASA. Esse programa do Fundo CASA foi criado especialmente para apoiar comunidades impactadas pela Copa do Mundo. Muitos projetos, tanto em áreas urbanas quanto no litoral e interior, foram parte dessa estratégia de fortalecimento da população diante de grandes obras e iniciativas

governamentais para receber os turistas durante a Copa do Mundo de 2014.

Um desses programas governamentais era o “Parques da Copa”, iniciativa do Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo que selecionou parques federais, estaduais e municipais, localizados próximas ou nas 12 cidades-sede da Copa e previa investimentos de R\$ 668 milhões, aplicados na infra estrutura dos parques para receber os turistas e assim prolongar seu tempo de permanência no Brasil.



Esse programa fracassou. Menos de 1 milhão de reais foi efetivamente investido e as comunidades que tinham alguma esperança nos benefícios, assim como a população brasileira como um todo, ficaram sem o tal “legado da Copa”. Mas, de alguma forma, essa iniciativa não realizada do Governo Federal causou efeitos positivos nas comunidades que buscaram, por conta própria, capacitação, informação e mudanças.

Mesmo povoados mais isolados, no coração do Brasil, como a comunidade do São Francisco, no Pantanal, encontraram no Turismo de Base uma

ferramenta para sua afirmação, articulação com outros parceiros e geração de renda, envolvendo os jovens em atividades que lhes permitem o fortalecimento do pertencimento e a construção do coletivo.

O Fundo Socioambiental CASA apoiou, nesses 10 anos, cerca de 50 projetos que contribuíram para a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural, fortalecendo comunidades em seu modo tradicional de vida, contribuindo para a construção de iniciativas de turismo comunitário e permitindo a busca de soluções para as economias locais.



Barqueiros da ABAT aguardam a chegada de turistas para passeio a piscina natural do Caixa D' Aço, localizada dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina. (Foto: Áttilio Zolin/Fundo CASA)

# A Mata Atlântica protegida



Mudas de juçara para reflorestamento (Foto Coletivo Catarse).

“Quando o pessoal chegou aqui dizendo que se comia o fruto da juçara, a gente achou bem esquisito... Isso é coisa de passarinho... As pessoas tinham até medo de experimentar. Para nós, a palmeira juçara dava palmito.”

No começo, a resistência. Mas depois que alguns mais corajosos experimentaram o suco feito com os frutos da palmeira juçara, a *Euterpe edulis*, o destino dessa palmeira que já estava na lista de espécies em extinção na Mata Atlântica, mudou. E mudaram também as possibilidades de proteção e recuperação desse bioma – a Mata Atlântica .



Quando os primeiros europeus atracaram suas naus em terras sul americanas, se depararam com uma mata exuberante, com milhares de árvores de todos os tipos e tamanhos, uma infinidade de animais que não conheciam. E, claro, uma população também diversa, do extremo sul ao extremo norte, habitando de forma plena e adaptada esse ecossistema complexo, que hoje é denominado Mata Atlântica.

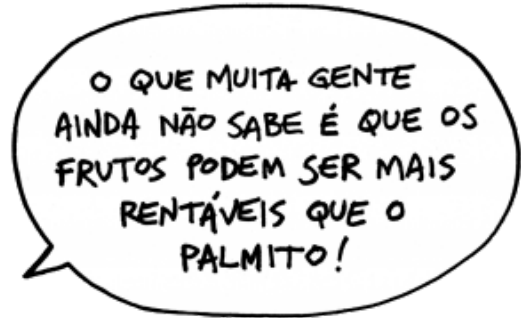
Cinco séculos depois, pouco resta dessa paisagem original e dos habitantes que contribuíram para sua diversidade e riqueza. Dona Dalva, que abre esta história falando de sua experiência com o suco da juçara, é uma das remanescentes dessa população original,



Suco da juçara (Foto Coletivo Catarse).

dos caiçaras que ocupam o litoral e enfrentam ainda hoje muitos desafios para manterem seu modo tradicional de vida. Ela é uma liderança comunitária muito ativa, vice presidente da Associação dos Moradores do Sertão de Ubatumirim, comunidade tradicional que fica no

Dona Laura, liderança do Quilombo da Fazenda, também em Ubatuba, é mais uma representante dessa população que ajudou a preservar a mata com sua forma de ocupação. Mas ela admite que a comunidade também cortava o palmito para vender, sem ter consciência dos danos ambientais dessa prática.



município de Ubatuba, no Litoral Norte do Estado de São Paulo.

“Eu, pra dizer bem a verdade, não conhecia o fruto da juçara – completa Dona Dalva. Eu vivi aqui no Ubatumirim minha vida toda. Criei oito filhos e agora são cinco netos. Essas famílias aqui de volta... todo mundo conhecia o palmito, pra comer, pra vender... mas o fruto não. Agora com a produção do suco da juçara mudou tudo!”

Dona Dalva fala com alegria da grande mudança em sua vida depois que conheceu, experimentou e gostou do suco da polpa do fruto da juçara e passou a integrar uma rede de produtores, pesquisadores e divulgadores dos benefícios desse alimento poderoso que ainda permite a preservação da mata em pé.

“A gente aqui não sabia que a juçara estava em extinção. Vendia sem perceber que estava colaborando para acabar com a mata. Ninguém tinha ideia de que se podia comer o coquinho. Mas quando eu experimentei... eu gamei!!! Se tiver suco todo dia eu tomo, fiquei viciada.”

## Reserva da Biosfera, Patrimônio Nacional

JA importância da Mata Atlântica levou a UNESCO a declara-la Reserva da Biosfera. Mesmo no Brasil sua importância foi reconhecida como Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988. Para proteger os 8,5% de remanescentes florestais da Mata Atlântica começaram a ser criadas as unidades de conservação que esbarraram nos interesses econômicos de exploração dessas áreas. Mas também revelaram uma realidade ainda não muito divulgada: foram as populações tradicionais que cuidaram e manejaram essas florestas para que

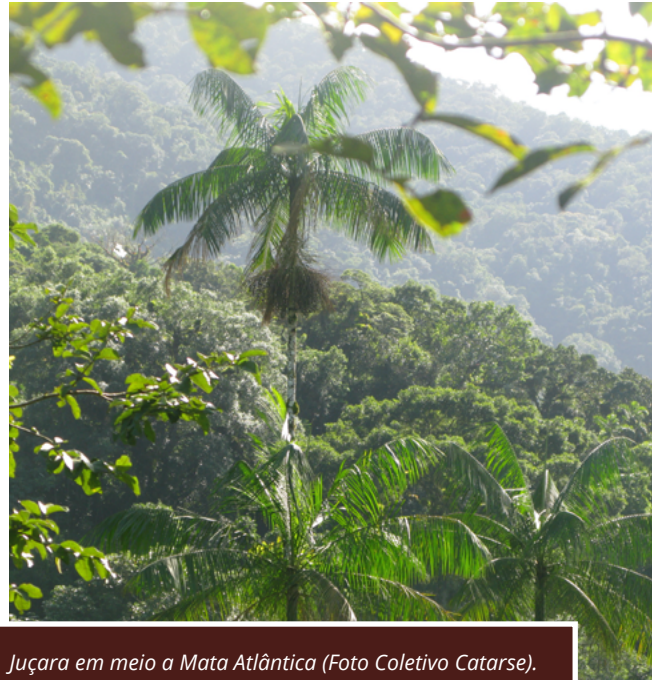
elas sobrevivessem até nossos dias: indígenas, quilombolas, caiçaras, gente que sempre viveu com a mata, fazendo pequenas roças, coletando plantas, caçando, como a família de Dona Dalva e Dona Laura. Mesmo com a exploração ilegal do palmito que contribuiu para que a palmeira *Euterpe edulis* esteja em risco de extinção nesse bioma, essas comunidades ajudaram a preservar a floresta e agora, engajados no Projeto Juçara, podem reverter a situação.



## Conhecendo e atuando na Mata Atlântica

Para tentar compreender e atuar nesse bioma, o Fundo Socioambiental CASA criou um programa especial de apoio a projetos e iniciativas e vem trabalhando em parceria com outras instituições e organizações na identificação dos problemas e investindo nas soluções possíveis.

O apoio ao turismo de base é um dos caminhos, contribuindo para a permanência de famílias e comunidades em áreas ameaçadas da Mata Atlântica, além de projetos com associações de pescadores e agricultores familiares, apoio à resistência das comunidades a grandes obras e intervenções destrutivas do meio ambiente, reflorestamento, enfrentamento do avanço da soja, do eucalipto e de mineradoras, projetos de divulgação e informação envolvendo publicações, cursos e documentários, formação e construção de capacidades, políticas públicas.



Juçara em meio a Mata Atlântica (Foto Coletivo Catarse).

## Uma Rede do bem, pela Mata e pela vida

Mas a história da Rede Juçara, com dezenas de ramificações, em todos os estados do litoral brasileiro, do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, talvez seja a que tem trazido mais esperanças na proteção da Mata Atlântica que ainda existe e na recuperação de áreas degradadas, com a participação ativa das comunidades, como protagonistas, beneficiárias e multiplicadoras dessa experiência. A história de Dona Dalva continua:

“Esse trabalho já tem oito anos. Eu estou dentro do projeto faz cinco anos. De lá para cá já aumentou muito os pés de juçara na mata, aqui no quintal, onde eu moro, e no sítio onde eu passei minha infância. Eu gosto muito do trabalho. Junto com as outras mulheres, a gente cuida de lavar e limpar bem os frutos, depois tem um choque para amolecer a carne da fruta e aí vai para despolpar



Primeiro encontro da Rede Juçara, projeto apoiado pelo Fundo Socioambiental CASA (Foto Coletivo Catarse).

e virar o suco. Quem sobe nas árvores para pegar o cacho são os homens e os rapazinhos. Isso é difícil, é muito alto e tem que ter muito cuidado para não machucar a juçara. Eles usam um saco de estopa que amarram para ir apoiando os pés para subir. Essa alça a gente chama de picunha.”



## Aprendendo sobre a Juçara

Dona Dalva diz que hoje as crianças da comunidade estão acostumadas a tomar o suco da juçara.

“A gente bate com outras frutas diferentes também, fica gostoso demais e faz bem para a saúde. A comunidade fornece para a merenda escolar. Assim, a criançada nas escolas se alimenta de coisa sadia, da região e aprende a dar valor para os frutos da mata”.

Assim como outras comunidades que resistiram na Serra do Mar, entre São Paulo e Rio de Janeiro, essa comunidade tem seu território em sobreposição com áreas do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) e do Parque Nacional da Serra Bocaina (PNSB), o que traz restrições para o uso que a comunidade sempre fez do território. O aproveitamento do fruto da Juçara trouxe um novo alento às comunidades, melhorando sua dieta alimentar, gerando renda, reforçando a relação com o território e o trabalho envolvendo as várias gerações.

“O Projeto Juçara foi muito importante para nossa comunidade – diz Dona Laura. Não é só um suco, mudou nossa vida. Hoje nós temos um carinho especial pela juçara. Ela melhorou a saúde das crianças porque é um alimento cheio de propriedades boas, trouxe mais alegria, parceiros, possibilidades. Nosso território foi reconhecido como Quilombo pela Fundação Palmares em 2005 mas até hoje a questão da terra não foi legalizada. Estamos dentro do Parque da Serra do Mar e isso prejudica muito as possibilidades de termos projetos, de conseguirmos sobreviver na nossa terra. Por isso a importância desse projeto.”

Dona Dalva também diz se alegrar ao ver as palmeiras novas crescendo na mata: “Depois que aproveita o suco, com os coquinhos a gente faz muda para plantar na mata e também joga eles assim, direto na terra, para nascer mais palmeiras. Isso tudo a gente aprendeu com o pessoal do IPEMA que veio aqui mostrar o valor da juçara e ensinar os procedimentos.”

Hamilton Bufalo é um dos “pais” da Rede Juçara. “A Rede nasceu numa conversa de bar, durante um encontro do PDA no Rio de Janeiro em 2007. O trabalho de pesquisa e implantação de projetos de manejo da juçara já vinha acontecendo há anos, de forma isolada em várias regiões. Mas começou a ganhar vulto a partir de 2008, com a



Hoje as crianças já estão acostumadas com o suco da juçara, que além de nutritivo é uma delícia! (Foto Coletivo Catarse).



Frutos da juçara (Foto Coletivo Catarse).

organização da Rede. O cara às vezes está lá, trabalhando duro, sozinho, não tem noção da importância ou do caminho que o trabalho pode tomar. Quando pode participar de oficinas, se encontrar com outras pessoas que vivem a mesma questão, aí a troca é muito estimulante”.



## Conflitos entre Unidades de Conservação e a população tradicional

Hamilton começou como voluntário no Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica – IPEMA, uma organização da sociedade civil de interesse público com sede em Ubatuba. Por seu envolvimento e trabalho direto com as comunidades, reforça a questão do conflito com as Unidades de Conservação.

“A legislação não prevê essa convivência e dificulta todas as iniciativas. As comunidades de repente não podem mais fazer roça de mandioca e banana, que davam o seu sustento. Não podem tirar material para o artesanato, não conseguem mais sobreviver dentro de seu território. O manejo da juçara veio trazer novas possibilidades. O projeto foi muito bem aceito porque o retorno é visível e rápido. O suco teve boa aceitação, as sementes voltam para a mata e repovoam com uma espécie que estava em extinção. Começou devagar, com uma produção bem artesanal e aos poucos foi crescendo, porque as pessoas viam o resultado de seu empenho. Hoje, aqui em São Paulo, a comunidade de Ubatumirim é a que mais evoluiu, tem uma cozinha de processamento, equipamentos, fornece para a Prefeitura, São mais de 20 famílias com vários produtos a partir desse projeto da juçara.”

O Fundo Socioambiental CASA tem um papel importante na construção dessa Rede. Apoiou o encontro da Rede Juçara que aconteceu em 2010



Sede do IPEMA em Ubatuba (Foto IPEMA).

em Registro, no Vale do Ribeira, em São Paulo, reunindo mais de 300 pessoas, num total de 15 organizações parceiras além de outras instituições convidadas. E apoiou o trabalho direto de algumas comunidades como o Quilombo da Fazenda, a Associação de Ubatumirim, a comunidade caiçara da Praia do Bonete, assim como vem apoiando inúmeras comunidades na construção de processos agroflorestais, quem vem na sequência da juçara, pois ela é apenas uma das espécies que pode ser sustentavelmente manejada na Mata Atlântica para melhorar a vida das populações tradicionais.

A Rede Juçara reúne organizações de várias regiões do país, cada uma com sua realidade e especificidade. A ESALQ- Escola Superior de Agronomia Luiz de Queirós, tem sido um parceiro importantíssimo nas pesquisas e análises que resultam no desenvolvimento dos projetos. Além da importância para o bioma, já que a palmeira *Euterpe edulis* estava em extinção e agora, onde os projetos estão implantados, ela se recupera bem, trazendo contribuição também para a fauna local, a intervenção humana ainda alterou o quadro sócio cultural dessas áreas, com a valorização do trabalho, o empoderamento das comunidades, o reforço da autoestima, melhoria na segurança alimentar e a geração de renda.



Encontro da Rede Juçara (Foto Coletivo Catarse).



## Desafios para o futuro

“Cada comunidade tem seu ritmo” – diz Hamilton. “As comunidades indígenas e quilombolas envolvidas também no manejo da juçara avançam dentro de sua cultura e tempo. Mas também sentem os benefícios. Ainda tem muitas questões a serem resolvidas. O mercado é o grande gargalo. Essas comunidades não tem a manha para a comercialização. Por isso, precisamos investir agora nessa área comercial, dando ferramentas para que os produtores cheguem ao consumidor de forma direta”.

As comunidades tradicionais que só agora se aproximam dessa fruta já incorporaram a juçara a seus pratos típicos, inventaram novos pratos, criando uma nova gastronomia caiçara. O Quilombo da Fazenda tenta ainda ativar um restaurante para servir as novas criações, mas enquanto isso não se consolida, lançaram dois livros de receitas com pratos usando a juçara.

“Eu faço um estrogonofe de lula com juçara que é uma maravilha! Você tem que vir aqui provar.” – convida Dona Laura. E para quem quiser se divertir com a música, a dança, a alegria e os sabores caiçaras fica o convite para a Festa da Juçara, que acontece sempre no mês de julho, nas comunidades de Ubatumirim e Quilombo da Fazenda.



Os Sistemas Agroflorestais com espécies nativas recuperam o solo e geram renda para os produtores. (Foto Coletivo Catarsee).



Culinária quilombola do Quilombo da Fazenda, em Picinguaba e pratos feitos com juçara (Foto Quilombo da Fazenda)





# Desafios e conquistas na América do Sul

Olhando do espaço para o nosso planeta Terra, a grande América do Sul aparece verde e em tons de amarelo, num lindo desenho triangular. Assim, à distância, não se pode avaliar quanto de beleza e diversidade cabe neste pedaço de terra, do Atlântico ao Pacífico, do mar do Caribe ao estreito de Drake, que nos separa da Antártica.

Aqui estão os maiores rios, as maiores quedas d'água, a maior floresta, um dos maiores desertos, geleiras, áreas úmidas, milhares de quilômetros de praias — biodiversidade única e insubstituível. Tantos povos, tantas culturas, tantos idiomas que se mesclam.

Visto do espaço, este continente não tem fronteiras — os rios nascem e correm livres no seu curso, assim como as montanhas, as florestas,

planaltos, berços de águas. E os povos que aqui sempre habitaram, desde tempos imemoriais, também circularam livres, sem reconhecer os limites geopolíticos impostos ao longo dos mais de 500 anos de colonização.





Na Argentina, bomba de petróleo contrasta com comunidade carente ao redor. (Foto Vaca Bonsai)

## De outra perspectiva...

Olhando bem de perto, quanto contraste! Ao lado da imensa riqueza natural e cultural a concentração de riquezas geradas nas mãos de poucos, produzindo desigualdades avassaladoras, a “invisibilidade” dos protetores dos territórios e seus recursos naturais, sem voz e sem direitos, enfrentando todo tipo de violação e um sistema judicial que criminaliza as ações de comunidades enquanto protege os poderosos, produzindo os índices de violência mais altos do mundo.

Mesmo assim, os povos originários e as populações geradas pelas mesclas étnicas incomparáveis, ainda sonham, resistem e buscam por soluções para proteger seus territórios, valores e modo de vida. São as comunidades que vivem nos locais mais longínquos e isolados, os povos indígenas guardiões de conhecimentos e territórios, as organizações da sociedade civil que estruturam-se para cuidar do bem comum, os estudantes que batalham por um mundo mais sustentável e justo, advogados que usam seus conhecimentos para defender os direitos dos excluídos, cientistas e pesquisadores que, juntos, enfrentam os desafios e reconduzem o rumo dessa história.

Essa voz comum, mesmo que em idiomas distintos, se ergue e mobiliza forças poderosas, assim como as águas dos grandes rios que se formam a partir de pequenos afluentes para liberar-se no mar.



Ronald Suarez, cineasta e indígena do povo Shipibo Conibo (Foto [www.apcbolivia.org](http://www.apcbolivia.org)).

Ronald Suarez, indígena do povo Shipibo Conibo é uma dessas vozes poderosas. Com seu trabalho de documentarista e o apoio do Fundo Socioambiental CASA ele vem transformando a realidade de seu povo:

“Meu nome é Ronald Suarez, sou Shipibo Conibo da selva peruana, na região de Ucayali, província de Pucallpa. Tenho 39 anos e trabalho com documentários sobre o meio ambiente, povos indígenas, saúde, relações interculturais. Também sou ator.

‘Canaán, a terra prometida’ é um documentário que fiz com o apoio do Fundo CASA. Ele traz o testemunho de meus irmãos Shipibo sobre a sua convivência, por mais de 43 anos, com a empresa



petroleira Maple Gas, que assumiu a operação da Petroperu. Essa relação no território é muito tensa, com danos terríveis ao ambiente e às pessoas, e com muitos conflitos sociais. As comunidades enfrentam a poluição de suas lagoas e rios, os peixes que consomem para a sobrevivência estão

altamente contaminados e, nem o governo, nem a empresa, se preocupavam com essa situação. Até que os Shipibo começaram a protestar, a fazer o embargo de poços de petróleo. Até que conseguiram se fazer ouvir.”

## Uma questão maior



Logko Albino Campo, liderança do povo Mapuche. (Foto Vaca Bonsai Audiovisual).

A questão da exploração de petróleo de forma intensiva, em locais que deveriam ser de proteção ambiental, sem nenhum tipo de atenção com o meio ambiente e com as populações que habitam esses lugares não é, infelizmente, um problema exclusivo do Peru. Em todos os países da América do Sul as consequências dessa opção pela matriz energética fóssil tem provocado danos irreparáveis, conflitos e consequências futuras ainda difíceis de prever. Isso com anuência dos governos, participação de empresas petroleiras governamentais ou mistas e presença de multinacionais.

“Aqui onde vivemos, em Lof Campo Maripe existem mais de 300 poços de petróleo. Vivemos o tempo todo enfrentando vazamentos,

contaminação da água, colapsos dos poços que afetam diretamente o Rio Neuquén, onde sempre vivemos”. Assim começa seu depoimento o Sr. Logko Albino Campo, liderança do povo Mapuche na província de Neuquén, na Patagônia Argentina, onde, há mais de 100 anos, empresas multinacionais exploram petróleo com poços convencionais, mas que agora enfrenta uma nova tragédia com a exploração de gás em poços de fragmentação. A Argentina é o segundo país mais afetado, depois dos Estados Unidos, pelos danos ambientais, sociais e de saúde pública decorrentes da exploração de gás de xisto que usa o bombardeio de rochas subterrâneas com água, areia e produtos químicos para provocar a fragmentação dessas rochas e a liberação do gás.

“A água do subsolo está sendo contaminada. As pequenas nascentes estão secando. O nosso Rio Neuquén chegava até aqui, onde estou parado agora. Hoje ele não é mais um rio, é como um canal de irrigação, fraco e contaminado. A companhia retira milhões de litros de água para fazer o bombeamento do poço. E quando nós reclamamos eles perguntam: o que querem? Dinheiro? Não se trata de dinheiro. Quando eles forem embora o que vão deixar aqui, para nós, neste lugar onde sempre vivemos? E o problema não é só do povo Mapuche mas também das cidades vizinhas. Como viver sem água? Nossa esperança é que toda a sociedade civil se envolva nessa luta, que tome posição sobre o que está acontecendo. Precisamos conscientizar todos sobre o conflito que estamos vivendo. Tem que haver outras alternativas para a produção de energia. Nós não temos de cuidar da natureza, temos apenas que respeitá-la e não destruí-la. É ela quem cuida de nós.”



Poço de petróleo não convencional, que realiza a extração através da fratura hidráulica (Fracking), na Argentina. (Foto Vaca Bonsai Audiovisual).

## Grandes desafios

Esse trabalho de pesquisa, informação, divulgação e busca de estratégias para confrontar os impactos dessa indústria petrolífera tem sido desenvolvido pela organização Observatório Petrolero Sur – OPSur, da Argentina, como diz Diego di Risio, um de seus coordenadores:

“Toda essa questão tem levado à criação de ‘zonas de sacrifício’, territórios onde acontece a apropriação dos recursos naturais em detrimento do interesse e bem estar local. Os governos não informam nem garantem os direitos humanos e coletivos, exercendo violência explícita e implícita sobre a população que resiste. Somado a isso,

as evidentes consequências das mudanças climáticas e as estreitas relações que guardam com o consumo de energias fósseis estendem as problemáticas socioambientais a uma escala global.

“O Fundo Socioambiental CASA apoia o trabalho de OPSur de investigação, fortalecimento e formação de redes para a organização social frente ao avanço petrolífero. Este apoio tem sido muito importante por duas questões principais. Os fundos de origem e perspectiva latinoamericana são escassos e assim, o apoio do Fundo CASA torna-se um privilégio. E em segundo lugar porque a Argentina não é um país prioritário para a cooperação internacional, e neste sentido, o foco do Fundo CASA nos permite consolidar nosso trabalho.”

Jorge Daneri, conselheiro desde a criação do Fundo CASA apresentou o OPSur como importante trabalho a ser apoiado, e tem sido parceiro fundamental na identificação de outros projetos estratégicos:

“O Fundo CASA vem apoiando organizações estratégicas na América do Sul, com consistente presença também na bacia do Prata. Posso apontar alguns casos emblemáticos, de organizações apoiadas nesse período. Na região de Misiones há uma resistência à construção de represas liderado pela organização Cuña Piru, que produz informações sólidas para demonstrar os impactos negativos das mesmas, e especificamente da usina Garabi-Panambi no rio Uruguai, na divisa do Brasil e Argentina. Uma organização com profunda incidência pública e política, ela conseguiu promover um debate



Jorge Daneri é advogado e presidente da Fundação M'Biguá para a Cidadania e Justiça Ambiental e faz parte do Conselho Consultivo do Fundo Socioambiental CASA. É especialista em Direito Ambiental, trabalhando para, e com, organizações de justiça socioambientais na região do Cone Sul (Foto: acervo Fundo CASA).



amplo entre Brasil e Argentina com repercussões importantes.

“Encuentro por la Vida atua na região das áreas úmidas, no Rio Paraná, e participa da Aliança de Ecossistemas Paraguai-Paraná. O grupo Ala Plástica também foi apoiado para trabalhar no sul da bacia do Prata de uma forma muito original, a partir da arte, num território do Pantanal Argentino. Um dos apoios foi a “Oficina Itinerante” que percorreu as localidades no Delta do Rio Paraná com atividades multidisciplinares, envolvendo arte e meio ambiente e a criação de um equipamento móvel de rádio para assim ampliar sua ação.

## Buscando justiça na Justiça

O Instituto de Defensa Legal del Ambiente y el Desarrollo Sostenible – IDLADS é outro exemplo de trabalho apoiado pelo Fundo CASA com resultados positivos. Trata-se de um coletivo de jovens advogados peruanos que se juntaram para colocar sua experiência profissional a serviço de um meio ambiente sadio e equilibrado e de uma melhor qualidade de vida, com direitos respeitados aos povos indígenas. Henry Carhuatocto, criador dessa importante organização com sede em Lima, é mais uma voz que se ergue e se junta a outras tantas vozes:

“ Apesar do IDLADS estar completando 10 anos, seu primeiro apoio financeiro veio do Fundo CASA, em 2012, o que nos permitiu a consolidação institucional, com recursos valiosos para cobrir os altos custos das ações que nossos advogados pro-bono necessitavam para o desenvolvimento de ações legais, e também para a publicação do ‘Livro de Litigio Estratégico de IDLADS’ em defesa dos povos indígenas e meio ambiente.

“Esse modo de apoiar do Fundo CASA é muito positivo, tem resultados muito importantes para as populações que buscam reverter impactos ambientais, pois viabiliza ações estratégicas de grupos locais e redes que se complementam e fortalecem a sociedade como um todo. Esse tipo de apoio deve ser fortalecido e ampliado.”



Dr. Henry Carhuatocto, Presidente e fundador do IDLADS.

Também sistematizamos os casos num texto que demonstra nossa história de lutas e que abriu as portas para nossa incorporação à Coordenação Nacional de Direitos Humanos – CNDDHH.

“ Em 2013, O Fundo CASA nos apoiou para cobrir custos de ações legais em defesa de povos em isolamento voluntário na Reserva territorial Kugapakori, Nahua, Nanti, e outras de grande importância, assim como o apoio para a



(Foto: <http://acodecospat.blogspot.com.br>)



realização de um congresso sobre a defesa dos povos indígenas e meio Ambiente. Em 2015, nos apoiaram no processo de amparo a favor da titulação e compensação de territórios indígenas das Quatro Bacias (rios Pastaza, Corrientes, Tigre e Marañón ) assim como para fortalecer a vigilância e controle de seus recursos naturais através de um apoio legal à ACODECOSPAT (Asociación Cocama de Desarrollo y Conservación San Pablo de Tipishca).

“Só temos a agradecer à parceria fundamental com o Fundo CASA que proporcionou o crescimento de nossa relação com os povos indígenas da Amazônia e dos Andes peruano. Graças a esse apoio, hoje somos assessores legais de ACODECOSPAT, FEDIQUEP, FECONACO, ORAU, CORPI, FECONAU, ORPIO, CNA, ONAMIAP, CARE, organizações indígenas de todo o Peru. Esperamos seguir contando com o Fundo CASA que foi fundamental em nossa vida institucional e para a defesa dos povos indígenas.”

## Quem ama cuida

O pensamento que move o Fundo CASA é que alinhar amor e ação é uma combinação infalível. Ninguém se mobiliza se não compreende o que pode perder. “Quem ama cuida”, não poderia ser um ditado mais relevante para esse trabalho.

Esse resultado positivo dos apoios do Fundo CASA pode ser avaliado no depoimento de Ronald Suarez sobre a repercussão de seu filme: “Quando o filme *Canaán, a terra prometida* estava pronto, sofremos censura por parte da empresa Maple Gas, que fez todo o possível para proibir sua exibição em Lima. Não conseguimos espaços para essa exibição porque as instituições são manipuladas pelo poder econômico. Mas conseguimos fazer a exibição em praça pública para um público amplo e depois disso em muitos outros espaços, dentro e fora do Peru, inclusive durante a COP 20, que aconteceu em 2014, em Lima.

“A repercussão do documentário na mídia foi muito grande e a partir de então o governo não pode mais se isentar. Com a grande visibilidade do documentário, a comunidade indígena de Canaán de Cashiyacu conseguiu estabelecer o diálogo com a Companhia Maple Gas e com o governo. Conseguiram alguns benefícios como o posto de saúde, a escola primária e a eletrificação. As conversas para indenização do povo Shipibo ainda estão em andamento. É um longo processo, mas temos esperanças de conseguir mais direitos para o povo, que agora está dialogando diretamente com o estado.

“Temos que agradecer muitíssimo ao Fundo CASA por ter acreditado e apoiado nosso projeto. Sem esse recurso não teríamos realizado esse trabalho que trouxe resultados positivos e práticos para o povo Shipibo.”



Cena do filme *Canaán, a terra prometida*.



Além de projetos de mobilização, proteção, informação e comunicação, outras ações apoiadas pelo Fundo CASA em toda a América do Sul estão ligadas à defesa legal de povos

indígenas e comunidades afetadas por projetos de infraestrutura, extrativismo de minérios, energia, adaptação e mitigação de mudanças climáticas, mulheres defensoras ambientais, e muito mais.

## Novos desafios, novas conquistas

O contexto da América do Sul é muito crítico, e os conflitos socioambientais tendem a se tornar ainda mais agudos. O cenário das hidrelétricas em todas as suas grandes bacias, a questão do combustível fóssil no Chaco, a mineração em toda parte, o impacto das monoculturas como a soja, a cana e o óleo de palma, da pecuária desorganizada, os grandes projetos de integração da infraestrutura regional com suas estradas, portos, hidrovias, ferrovias, gasodutos, demonstram o tamanho do desafio. Os governos nacionais adotaram um modelo de desenvolvimento com foco na infraestrutura, com a Aliança do Pacífico, tratados de livre comércio, corredores interoceânicos, e

tudo isso traz impactos irreversíveis aos mais frágeis ecossistemas do planeta.

Sabemos que os pequenos fundos de apoio não solucionam os graves problemas deste continente, mas eles dão visibilidade aos pequenos grupos que conseguem ampliar suas relações em redes e articulações temáticas, ganham força e atraem novos recursos e apoios. Isso invariavelmente ocorre entre os projetos que o Fundo CASA apoia.

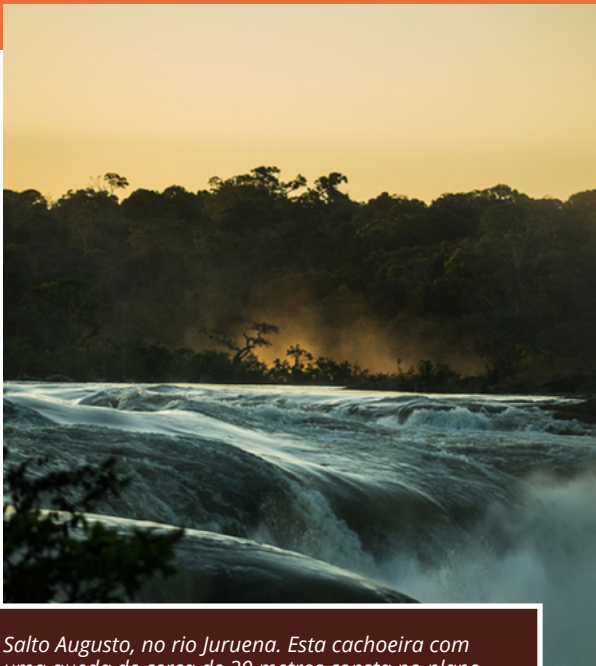
Temos certeza de que essa rede de amizade e solidariedade fortalece a sociedade civil e amplifica as vozes que buscam caminhos para os desafios enfrentados. As pequenas conquistas de cada dia nos dão forças e energia para seguir em



Cena do filme *Canaán, a terra prometida*.



# Os rios interrompidos



*Salto Augusto, no rio Juruena. Esta cachoeira com uma queda de cerca de 20 metros consta no plano decenal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com potencial para geração de 1.461 MW. A previsão é construir uma hidrelétrica até o ano 2025. (Foto: Thiago Foresti/Forest Comunicação).*

“Não se pode parar um rio. Ele é vivo, respira, tem humor. Se você para um rio, ele morre.”

Esta frase de Raoni Metuktire, um guerreiro do povo Kayapó, do Pará, conhecido no Brasil e em todo o mundo por sua luta pela floresta, pelos rios, pelos direitos dos povos indígenas, resume bem o pensamento dos povos tradicionais sobre os rios. Esses seres vivos são personagens importantes



nos mitos de origem, nas histórias tradicionais e no dia a dia de milhares de aldeias espalhadas por todo o continente sul americano. Além dos povos originários, milhares de outras pessoas, como ribeirinhos, pescadores, quilombolas, extrativistas, aprenderam a viver com respeito e perfeita interação com os rios, tirando deles seu alimento, sua saúde e sua alegria.

Raoni foi um dos líderes indígenas a coordenar o grande Encontro de Altamira, em 1989, que mobilizou centenas de parentes de mais de 30 etnias e milhares de pessoas das mais variadas origens, inclusive o cantor Sting, contra os planos do governo militar para a construção de um complexo de hidrelétricas no rio Xingu. O movimento repercutiu em todo o mundo e os cantos dos guerreiros Kayapó ajudaram a





interromper os planos megalomaniacos por mais de 20 anos. Até que o monstro saiu de novo da caverna (leia-se gaveta), desta vez num governo

democrático que vem ignorando todas as opiniões e fatos contra o programa – que dizem ser de “energia limpa”.

## Relações perigosas

As grandes barragens são obras de engenharia civil fantásticas, cada vez maiores e mais impressionantes. Marcas que tentam provar que os seres humanos são realmente superiores à natureza, que a controlam e a dominam para seu próprio benefício.

Além dessa competição Humano X Natureza, interesses econômicos de governos e grandes empreiteiras mobilizam volumes de recursos altíssimos, colocando em movimento a economia e as relações políticas, ignorando os interesses públicos e o bem estar do planeta. Conjunção perigosa revelada, nos últimos tempos, pela mídia brasileira e internacional que acompanham as operações da Polícia Federal brasileira envolvendo corrupção.



*Construção da usina Teles Pires, no rio Teles Pires. Com cinco barragens o complexo hidrelétrico no rio está afetando a vida das pessoas na região. O Teles Pires corre ao lado do rio Juruena e forma o rio Tapajós. (Foto: Thiago Foresti/Forest Comunicação).*

## Controle Social como ferramenta

O Fundo Socioambiental CASA desde a sua fundação, e mesmo antes de sua constituição legal, tem apoiado comunidades que defendem seus direitos, seu modo tradicional de vida e a proteção do meio ambiente, inclusive populações afetadas por barragens e hidrelétricas que se multiplicam na América do Sul, muitas vezes com recursos do BNDES, banco de desenvolvimento do Brasil, revelando a política de dominação do país.

Durante mais de 10 anos o Fundo CASA ao lado de parceiros importantes como International Rivers, Amazon Watch, Instituto Centro de Vida, Instituto Socioambiental, Rainforest Action Network, AIDA e muitos outros, apoiou organizações e comunidades que resistem à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, um dos projetos interrompidos há mais de 20 anos e retomado pelo governo atual.

## Uma luta que não terminou

Antônia de Melo, coordenadora do movimento Xingu Vivo Para Sempre, é um exemplo desse apoio. Por mais de 30 anos ela resiste aos projetos desenvolvimentistas no norte do Brasil: “O Fundo CASA sempre compreendeu as nossas necessidades, entende o que muitas outras organizações não conseguem ver: a importância do recurso para a mobilização. Isso

sem burocracia, de um jeito muito acessível às condições de nosso trabalho. Sem esse apoio não teríamos como levantar e levar informações para as comunidades distantes sobre seus direitos, para ouvirmos o que pensam e para apoiar a vinda deles para a cidade, para encontros e mobilizações.”



Apesar de toda a articulação e resistência, de muitos protestos, de relatórios elaborados por especialistas com provas de ilegalidades na construção da barragem, de interpelações do Ministério Público, dos problemas ocasionados pela falta de ações mitigatórias, apesar de tudo Belo Monte foi construída e a própria Antônio, que vivia em Altamira, viu sua casa ir abaixo, demolida como todas as outras, como a floresta e um modo de vida que estavam no caminho da grande obra.

Numa bela reportagem da jornalista Eliane Brum para o jornal El País, em 14 de setembro de 2015, Antônio fala sobre a decepção mas também sobre a continuidade de sua luta: “Eu estou perdendo a minha casa, estou perdendo o rio, perdendo tudo. Essa perda, assim, é de uma vida que era, que tinha um objetivo, que tinha um sonho, que tinha um projeto. Eu não me sinto bem quando eu vou ao rio, vejo o que está acontecendo, as ilhas derrubadas. Não. A minha casa é tudo isso. Era. O rio livre. As ilhas lindas, verdes. Pra mim, é tudo ligado. É uma tristeza só.

“Cada vez que eu olho o que eles estão fazendo, destruindo as casas, destruindo o rio, destruindo as vidas, mais eu me fortaleço nessa resistência, mais eu crio coragem e forças pra dizer ‘não’ e continuar resistindo. Para mim, Belo Monte não é fato consumado. Eu luto contra esse modelo de destruição e morte de gerar energia, luto contra esse modelo chamado desenvolvimento a qualquer custo. Belo Monte é um crime contra a humanidade. Eu não posso voltar atrás. Não posso. Não devo, jamais, nenhuma vírgula. Nem que um dia chegue a ser só eu. Mas continuarei na resistência.”



Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. (Foto Wikimedia Commons).



Antonia Melo. (Foto: <http://www.ligaoperaria.org.br>)

## Histórias bem sucedidas

Essa mesma força de resistência deu visibilidade ao povo Ashaninka do Rio Ene no Peru, projeto que contou também com o apoio do Fundo CASA. Liderado por Ruth Buendia, através da CARE (veja a história “Dois países, um só povo”, neste site), conquistou uma importante vitória ao interromper a construção da hidrelétrica de Pakitzapango, obra também da construtora Odebrecht, com recursos do BNDES, que afetaria mais de 17 comunidades indígenas.

Essas lutas não são isoladas. Existem em resposta a um modelo de ocupação e desenvolvimento globalizado que afeta a todos.



Antonia Melo, sentada entre as ruínas da demolição de sua própria casa. (Foto Lilo Clareto).jpeg



Os protagonistas dessa resistência se unem, trocam experiências e informações, compartilham estratégias. Ruth, Antônia, Raoni e tantos outros líderes agora se juntam e renovam as esperanças na luta do povo Munduruku. Com uma população de cerca de 12 mil pessoas, esses

guerreiros apresentam à sociedade e ao governo argumentos importantes contra a construção de sete hidrelétricas planejadas para a bacia do Rio Tapajós, trabalho que conta também com o apoio do Fundo CASA ao lado de outros parceiros.

## Um prêmio e muitos aliados

Mais uma vez o sistema dominante passa por cima de leis e direitos assegurados aos povos indígenas. A própria agência governamental que deveria cuidar dos interesses dos povos indígenas, a FUNAI, se omite de seu papel, e deixa de demarcar as terras já identificadas desse povo, abrindo assim a possibilidade de invasão e usurpação de seus direitos. Mas o povo Munduruku se juntou para fazer a autodemarcação de seu território e não se cala diante das ameaças.

Por sua luta, Maria Leusa Kaba Munduruku e Rozeninho Saw Munduruku, lideranças de seu povo, receberam da ONU, durante a Conferência do Clima – a COP 21 em Paris, em dezembro de 2015, o Prêmio Equador 2015, que reconhece iniciativas de comunidades que agem pela conservação, proteção de seu território e o uso sustentável da natureza e assim reforça a importância da participação de comunidades indígenas e locais para mitigar as mudanças climáticas.

Em uma das cartas escritas e divulgadas pelas lideranças Munduruku, esse povo manifesta sua indignação:

“Vimos aqui falar para vocês da outra tragédia que iremos lutar para evitar: a perda do nosso território e da nossa vida. Nós não viemos negociar com vocês, porque não se negocia nem território nem vida. Nós somos contra a construção de barragens que matam a terra indígena, porque elas matam a cultura quando matam o peixe e afogam a terra. E isso mata a gente sem precisar de arma. Vocês continuam matando muito. Vocês simplesmente matam muito. Vocês já mataram demais, faz 513 anos.”. 4 de junho de 2013, Vitória do Xingu, Carta número 9: Tragédias e barragens (a luta não acaba nem lá nem aqui)



Ruth Buendia no vale do Rio Ene, Peru.  
(Foto Goldman Prize)



Maria Leusa Kaba Munduruku. (Foto Marcio Isensee e Sá)



*Irmãos da etnia indígenas Apiaká brincam no rio Juruena, próximo à região de São Simão. A cachoeira, considerada local sagrado para os Apiakás, consta como potencial hidrelétrico e pode ser desafetada para a construção de um empreendimento energético. Pesquisadores e antropólogos temem que a história de Sete Quedas, no Teles Pires, possa se repetir no Juruena (Foto: Thiago Foresti/Forest Comunicação).*

## Apostando em soluções

Do outro lado da fronteira, no Chile, a resistência de quase 10 anos da Campanha Patagônia Sem Represas finalmente conseguiu barrar a construção de um complexo de hidrelétricas nos rios Baker e Pascua, na província de Aysén, na Patagônia.

O megaprojeto HidroAysén foi interrompido em decisão histórica do Conselho de Ministros do Chile, em 2014, depois que a Campanha, e um conjunto de muitas ações durante toda uma década, conseguiram mobilizar milhares de pessoas, informando sobre os riscos ao meio ambiente, às sociedades e às culturas tradicionais que esse empreendimento representava.

O Fundo Socioambiental CASA se alegra com as vitórias dessas comunidades apoiadas no Chile e no Peru e continua acreditando na continuidade do controle social efetivo no Brasil e em toda a América do Sul. Aumentar a força dessas comunidades e organizações para

encontrar soluções e caminhos de aprendizado e compartilhamento de informações e estratégias é o intuito desses apoios.

E ao mesmo tempo, apoiar opções por programas de energia realmente limpa, como a solar e eólica, que se mostram cada vez mais viáveis, apontando saídas para as crises energéticas anunciadas pelos governos. A mobilização popular, os aportes técnicos e os exemplos reais que ajudamos a multiplicar pelo território podem contribuir para um futuro onde os rios não sejam interrompidos e possam fluir livres, limpos, gerando vida.

### Nota

Quando o texto desta história sobre os Rios Interrompidos já estava pronto, a vida de Berta Cáceres, líder indígena que lutava pela liberdade do povo e dos rios de Honduras, foi interrompida, no dia 3 de março, por tiros disparados por homens desconhecidos, dentro de sua casa em La Esperanza, a cerca de 200 km de Tegucigalpa.



## #AlertaDefensoras HONDURAS

3  
MAR  
2016

En la madrugada del jueves 3 de marzo, **Berta Cáceres** fue asesinada por sujetos desconocidos que ingresaron al interior de su vivienda, ubicada en el sector La Esperanza, departamento del Intibucá del sur-occidente del país.

Cabe destacar que una semana antes **Berta Cáceres** había denunciado mediante conferencia de prensa que cuatro dirigentes de su comunidad habían sido asesinados y otros habían sido objeto de amenazas. Todo ello en un contexto en el que se han agravado los ataques y el hostigamiento contra el **COPINH** y las comunidades en resistencia frente al proyecto hidroeléctrico de la **Empresa DESA-Agua Zarca**.

Desde la **IM-Defensoras** expresamos nuestro profundo dolor e indignación ante tan cobarde crimen, el cual repudiamos y condenamos absolutamente. Asimismo, exigimos su esclarecimiento mediante una investigación avalada por instancias internacionales.

### #JusticiaParaBerta!



## ASESINADA BERTA CÁCERES

**Berta Cáceres** era una reconocida indígena lenca defensora del territorio y el medio ambiente, coordinadora del **Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH)** e integrante de la **Red Nacional de Defensoras de DDHH en Honduras**.

A raíz de su defensa de los **#DDHH** de las comunidades de Río Blanco, **Berta** fue objeto de múltiples agresiones como amenazas, detención arbitraria o criminalización, por lo que era beneficiaria de medidas cautelares otorgadas por la **CIDH**.

Su labor le reportó numerosos reconocimientos a nivel internacional, como el **Premio GOLDMAN 2015**.



Berta Cáceres recebeu o Prêmio Ambiental Goldman 2015, um dos mais importantes reconhecimentos internacionais à luta por direitos ambientais, por sua defesa do território Lenca, ameaçado pela construção do Projeto hidrelétrico Água Zarca, da transnacional chinesa Sinohydro e a empresa hondurenha Desarrollo Energético SA (Desa).

Assim como Chico Mendes, também ganhador do prêmio Goldman pela defesa da floresta amazônica e do modo tradicional de vida de indígenas e extrativistas, Berta se junta a centenas de homens e mulheres que têm suas trajetórias de vida interrompidas por defenderem os direitos a um mundo mais justo, mais limpo, mais digno.

Ainda em março, entre os dias 7 e 17, o Brasil recebeu a visita da relatora especial da ONU para povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, indígena filipina da etnia Kankanaey Igorot. Ela encontrou-se com representantes de governo, da sociedade civil e centenas de indígenas nos Estados de Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará e Brasília, visitou aldeias e áreas de grandes projetos e em suas declarações preliminares manifestou sua preocupação com o retrocesso na proteção aos direitos indígenas e com o aumento no número

de ataques, violações e assassinatos a indígenas e também lideranças ligadas ao campo. Seu relatório final deve ser divulgado com conclusões e recomendações ao governo brasileiro e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em setembro de 2016.



Victoria Tauli-Corpuz (Foto ONU/Jean-Marc)



# O coração arrancado da terra



*O rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco causou uma enxurrada de lama que destruiu todo o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais. (Foto Rogério Alves/TV Senado).*

As imagens do tsunami de lama com rejeitos de minério de ferro devastando cidades, paisagens, rios e até o litoral capixaba estão bem vivas na memória dos brasileiros. Uma tragédia provocada



pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, joint-venture da Vale e BHP Billiton, que causou danos ainda não mensurados, com consequências diretas para mais de 3 milhões de pessoas que vivem no Vale do Rio Doce e que afetarão muitas gerações futuras. O que se tem até agora é a certeza da morte de pelo menos 20 pessoas, de centenas de milhares de peixes e outros animais aquáticos e silvestres, a extinção de toda possibilidade de vida nas áreas afetadas pela lama e de consequências ainda não contabilizadas na área do oceano Atlântico e ecossistemas periféricos, do Espírito Santo ao sul da Bahia.



## O Grande Avô Watu

Entre os milhões de pessoas afetadas diretamente por este crime ambiental, está o povo indígena Krenak que lutou quase um século pelo reconhecimento legal de seu território às margens do Watu, como denominam o Rio Doce. Num território devastado por pastos e monoculturas, os Krenak buscaram recuperar a mata, a fauna e voltaram a realizar suas cerimônias para o Grande Avô – Watu. Mas as novas gerações serão privadas desse convívio com o Rio Doce, enquanto o povo, hoje, não tem como sobreviver sem as águas e os peixes do rio.

O desastre social e ambiental provocado pela empresa Samarco na cidade de Mariana se repete, em proporções menores mas não menos devastadoras, em muitas regiões da América do Sul e até em outros continentes onde essas e outras mineradoras atuam, extraindo o coração da terra, drenando sua energia vital para alimentar a sociedade de consumo cada vez mais voraz.

No polo de Carajás, nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, em todo o estado de Minas Gerais, no interior da Bahia, nas regiões de fronteira do Brasil com a Bolívia, Paraguai e Argentina, no Peru, Colômbia e várias partes da Pan-Amazônia as minas de ferro, estanho, níquel, bauxita, ouro, diamantes e pedras preciosas



Índigena do povo Krenak recolhe peixe morto às margens do Rio Doce. (Foto Vanderley Elias Melo)

e outros minerais como o urânio, desalojam populações de forma violenta, poluem o ar e as águas, drenam o lençol freático, impactam o meio ambiente. Isso sem uma legislação clara, sem fiscalização do poder público ou normas de proteção aos ecossistemas e às pessoas, com o único foco no lucro que engorda as contas bancárias dos acionistas das grandes empresas.

## Articulando os impactados em muitos continentes

“Estivemos nessa região de Mariana uns meses antes do desastre com a Caravana Sul do Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale. Visitamos esses lugares que hoje não existem mais.” Carolina Moura, conselheira e parceira do Fundo Socioambiental CASA desde sua fundação, fala com emoção e indignação sobre o desastre ambiental ocorrido em dezembro de 2015. Ela é membro do Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale, formado por pessoas e organizações do Brasil, Chile, Peru, Argentina, Moçambique, Canadá e Indonésia que se articulam e se mobilizam nos países onde a Vale opera com a proposta de levantar informações, trocar experiências, dar visibilidade aos problemas socioambientais encontrados, e confrontar os métodos e o discurso da mineradora.





Carolina vive em Minas Gerais, no município de Casa Branca, próximo a Belo Horizonte. “Aqui mesmo, em Casa Branca vivemos sob a ameaça de expansão de minas de ferro que avançam sobre áreas de proteção ambiental colocando em risco principalmente o lençol freático que abastece a região. Há centenas de represas de rejeito sem nenhuma fiscalização que a qualquer momento

também podem se romper e causar novas tragédias.”

O Fundo CASA vem apoiando dezenas de projetos em toda América do Sul voltados ao empoderamento de populações vítimas da ação de mineradoras e de seus subprodutos como estradas de ferro e portos para escoamento da produção, desmatamentos e monoculturas de eucalipto para produzirem carvão.

## Missionários Combonianos pela justiça

No extremo norte do Brasil, onde a mineração também transforma a paisagem e as culturas na área do Polo Carajás, a campanha Justiça nos Trilhos, sob coordenação dos Missionários Combonianos, foi apoiada pelo Fundo CASA e hoje é um importante aliado das populações na busca de condições de vida dignas. O Padre Dario Bossi fala assim dessa parceria:

“O Fundo CASA é um aliado muito além do momento do financiamento a projetos, é também parceiro na ação política, nas campanhas. Nos apoiou a sair do território local e ter incidência mais alta e também a receber parceiros e aliados políticos para trocas importantes. O Fundo CASA é um ator político na justiça ambiental, nos ajudando em nosso empoderamento, a estruturar nossa rede num momento inicial difícil, garantindo a base para consolidar o nosso trabalho.”

“E agora, uma coisa muito bonita que está acontecendo é que estamos tendo a honra de costurar outras relações com entidades e comunidades mais de base, indicando-os para apresentar projeto para o Fundo CASA, como a comunidade de Pequiá.”

“Assim como fomos favorecidos, agora ajudamos outros a serem também, assim o caminho continua. Acreditamos que quando o apoio é bem feito, numa dinâmica de relações, não só financeiro, mas político, o potencial é muito grande. É nos territórios que as coisas acontecem, como sementes que plantamos e se disseminam, gerando outras sementes. Uma rede que conecta comunidades atingidas entre elas e com entidades e movimentos externos que podem fazer a diferença. Tivemos dois apoios muito importantes do Fundo CASA no nível de articulação da Rede Internacional de Atingidos pela Vale em projetos que tinham por proposta reforçar a luta, com apoios para o encontro para a Plenária, a



Ato em defesa das comunidades impactadas pelo Programa Grande Carajás. (Foto [www.justicanostrilhos.org](http://www.justicanostrilhos.org)).



Papa Francisco recebe os delegados ao Capítulo Geral da Congregação dos Missionários Combonianos. Entre eles estava o padre Dario Bossi, de camisa azul na fotos. (Foto [www.justicanostrilhos.org](http://www.justicanostrilhos.org)).jpeg

participação de lideranças atingidas na Assembleia da Vale e na Rio +20.”





## Estratégias inovadoras

O Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale é inovador na sua forma de composição, reunindo uma ampla gama de interesses representados como famílias afetadas pela ação da mineradora, trabalhadores que se sentem explorados em minas de ferro, carvão, níquel, cobre; sindicalistas, ambientalistas, feministas, políticos; estudantes, professores; indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, camponeses... E também inova na busca de novos espaços de justiça, além dos espaços tradicionais, nas ferramentas e estratégias de ação. A linguagem de campanha, utilizando “relatórios sombra” como o Relatório de Insustentabilidade, a produção de material gráfico “espelhado” nos produzidos pela Vale, mas

com informações baseadas em pesquisas e fatos reais, fazendo a contrainformação são importantes ferramentas com resultado positivo na divulgação de informações que quase não chegam ao público. Trabalhos estes apoiados também pelo Fundo CASA.

Outra metodologia inovadora é a dos Acionistas Críticos, que já dura seis anos, com pessoas do movimento que, pela aquisição de ações da companhia na bolsa de valores, tem acesso às Assembleias da Vale, com direito a questionamentos e depoimentos.



Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale.

## O capital não tem bandeira

Gabriel Strautman, economista do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul- PACS, um dos criadores dessa articulação, fala da importância do apoio do Fundo CASA às ações

do Movimento que vem reunindo pessoas de diversos países em trocas de informações e compartilhamento de conhecimentos e estratégias para a luta por direitos diante da ação da Vale:

“O apoio do CASA tem sido de fundamental importância porque viabilizaram os encontros internacionais entre os diversos atores nas

articulações do Movimento. E esses encontros são os momentos mais ricos da articulação, reunindo pessoas e permitindo a troca de



conhecimentos, dando visibilidade aos impactos de uma empresa mineradora brasileira, não só no Brasil, mas em muitos outros países onde ela atua. Principalmente neste momento em que se discutem as relações Sul/Sul, outras formas de globalização, a articulação trouxe para esse debate uma empresa brasileira, que não é do hemisfério norte, que historicamente sempre foram as mais criticadas, que reproduz um padrão, um modelo de desenvolvimento nos países vizinhos e em outros continentes com a mesma ação predatória de empresas do hemisfério norte, mostrando que o capital não tem bandeira.”



Gabriel Strautman. (Foto TV Senado)

## Protegendo o coração da Terra

Estes breves relatos de apoiados e parceiros do Fundo CASA deixam claro a importância do controle social sobre questões tão impactantes como o da mineração. Somente uma sociedade informada, atuante, que compreende seus direitos de exigir políticas de fiscalização e vigilância sobre empresas extrativistas, que cobra responsabilidade das empresas, que demanda compensações compatíveis com o tamanho dos desastres provocados por elas — como esse da Samarco/Vale/BHP —, e que se prepara para intervir diretamente nesses processos, tem condições de virar esse jogo.

O que o Fundo CASA faz é viabilizar ações de controle social, por acreditar que somente a sociedade ciente e empoderada tem condições de transformar profundamente seu destino, de criar novos caminhos que protejam as pessoas e toda a vida natural da qual dependem. Quem sabe um dia aprenderemos de nossos povos tradicionais, e maiores cuidadores desse planeta, que para continuarmos vivendo, o coração não pode ser arrancado da terra.



Imagem de satélite da foz do rio Doce invadida pela lama. Foto: NASA Earth Observatory image by Joshua Stevens, using Landsat data from the U.S. Geological Survey.

